

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**RAFAELA NEVES JAPIASSU**

**EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA SURDA NO CONTEXTO  
ESCOLAR**

**GOIÂNIA  
2025**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

### 1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): Rafaela Neves Japiassu

Título do trabalho: Educação e desenvolvimento da criança surda no contexto escolar

### 2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [ x ] SIM [ ] NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

#### Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

**Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Da Costa Britto Pereira Lima, Professora do Magistério Superior**, em 28/11/2025, às 17:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafaela Neves Japiassu, Discente**, em 28/11/2025, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5822381** e o código CRC **B5A70101**.

---

RAFAELA NEVES JAPIASSU

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA SURDA NO CONTEXTO  
ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do título de Licenciado (a) em Pedagogia.

**Orientadora:** Profa. Dra. Daniela da Costa Britto Pereira Lima.

**Coorientadora:** María José Morales Gámez.

GOIÂNIA  
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Japiassu, Rafaela Neves  
Educação e Desenvolvimento da Criança Surda no Contexto Escolar  
[manuscrito] / Rafaela Neves Japiassu. - 2025.  
LXII, 62 f.

Orientador: Prof. Daniela da Costa Britto Pereira Lima; co orientador Maria José Morales Gámez.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Pedagogia, Goiânia, 2025.

Inclui siglas, abreviaturas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. criança surda. 2. desenvolvimento. 3. educação bilíngue. 4. libras.  
I. Lima, Daniela da Costa Britto Pereira , orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

## ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao(s) 28 dia(s) do mês de novembro do ano de 2025 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “Educação e desenvolvimento da criança surda no contexto escolar”, de autoria de Rafaela Neves Japiassu, do curso de Pedagogia, do(a) Faculdade de Educação da UFG. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Dra. Daniela da Costa Britto Pereira Lima - Orientadora (FE/UFG), com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Doutoranda Genessi Borba Gomes Alves Santos (PPGE/UFG) e Doutoranda/Coordenadora Maria José Morales Gámez (PPGE/UFG) . Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição do(a) estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 9,0 (nove), tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Da Costa Britto Pereira Lima , Professora do Magistério Superior**, em 28/11/2025, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Jose Morales Gámez, Discente**, em 28/11/2025, às 17:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Genessi Borba Gomes Alves Santos, Discente**, em 28/11/2025, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5822333** e o código CRC **A9E9E8BD**.

*Dedico este trabalho à comunidade surda, principalmente às crianças, que me inspiram diariamente. Que este estudo contribua, ainda que modestamente, para ampliar caminhos de inclusão e respeito linguístico.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente à minha família, que me acompanhou em todos os momentos, oferecendo apoio, força e incentivo nos períodos de incerteza e desafios. Sem esse suporte, esta caminhada não teria sido possível.

Agradeço também às minhas professoras, em especial à professora Daniela da Costa Britto Pereira Lima, minha orientadora, e a Maria José Morales Gámez, minha coorientadora, pelo compromisso, pela orientação cuidadosa e pelo incentivo constante ao longo deste semestre, contribuindo de forma decisiva para a construção deste trabalho.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que, de alguma forma, fizeram parte desta etapa tão importante da minha vida e que marcam o encerramento da minha jornada na graduação.

*O educador se eterniza em cada ser que educa.  
(Paulo Freire, 1996).*

*A educação como prática de liberdade é um jeito de  
ensinar que qualquer um pode aprender.  
(bell hooks, 2013).*

# EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA SURDA NO CONTEXTO ESCOLAR

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso, desenvolvido no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Goiás, teve como objetivo compreender os limites e possibilidades da educação e do desenvolvimento da criança surda no contexto escolar. Para isso, buscou-se: (i) discutir o desenvolvimento da linguagem da criança surda a partir de contribuições sobre mediação, linguagem e surdez enquanto construção cultural; (ii) analisar como a literatura acadêmica recente tem abordado a educação e o desenvolvimento da criança surda no Brasil; e (iii) refletir sobre as contribuições da educação bilíngue de surdos para o desenvolvimento linguístico e o pertencimento sociocultural da criança surda. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, do tipo levantamento bibliográfico, realizada no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Foram selecionados artigos, teses e dissertações, organizados em categorias temáticas que dialogam com referenciais teóricos da perspectiva histórico-cultural e das concepções socioculturais da surdez. Os resultados evidenciam que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) constitui elemento principal no desenvolvimento cognitivo, social e identitário da criança surda, atuando como mediadora das interações e da construção de significados. A literatura destaca que ambientes escolares bilíngues, que contam com a presença de professores surdos e práticas pedagógicas mediadas pela Libras, favorecem o desenvolvimento da linguagem e o pertencimento cultural. Também foram identificados desafios persistentes, como a permanência de práticas oralistas, lacunas na formação docente, dificuldades na implementação das políticas de educação bilíngue de surdos e a reduzida presença de estudos dedicados especificamente a recursos visuais, educação infantil bilíngue e à formação docente em Libras. Conclui-se que o desenvolvimento da criança surda requer ambientes linguísticos ricos, mediação pedagógica inclusiva e acesso precoce à Libras. O estudo reafirma que a educação bilíngue de surdos constitui um direito, destacando que a formação docente, a presença de professores surdos e o reconhecimento da cultura surda são condições indispensáveis para a inclusão escolar. A pesquisa contribui para o campo da Pedagogia ao evidenciar a necessidade de políticas educacionais mais fortalecidas e a ampliação de novos estudos sobre práticas bilíngues, infância surda e desenvolvimento linguístico.

**Palavras-chave:** criança surda; desenvolvimento; educação bilíngue; libras.

## **EDUCATION AND DEVELOPMENT OF DEAF CHILDREN IN THE SCHOOL CONTEXT**

### **ABSTRACT**

This undergraduate thesis, developed in the Pedagogy course at the Federal University of Goiás, aimed to understand the limits and possibilities of the education and development of deaf children in the school context. To achieve this, the study sought to: (i) discuss the language development of deaf children based on contributions addressing mediation, language, and deafness as a cultural construction; (ii) analyze how recent academic literature has approached the education and development of deaf children in Brazil; and (iii) reflect on the contributions of bilingual education for deaf learners to the linguistic development and sociocultural belonging of deaf children. The research adopted a qualitative approach, of the bibliographic survey type, conducted in the Periodicals Portal of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) and in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD). Peer-reviewed articles, master's theses, and doctoral dissertations were selected and organized into thematic categories dialoguing with theoretical frameworks from the historical-cultural perspective and sociocultural conceptions of deafness. The results demonstrate that Brazilian Sign Language (Libras) serves as the main element in the cognitive, social, and identity development of deaf children, acting as a mediator of interactions and of meaning-making processes. The literature highlights that bilingual school environments, with the presence of deaf teachers and pedagogical practices mediated by Libras, foster language development and cultural belonging. Persistent challenges were also identified, such as the continuity of oralist practices, gaps in teacher education, difficulties in implementing bilingual education policies for deaf learners, and the limited number of studies dedicated specifically to visual resources, bilingual early childhood education, and teacher preparation in Libras. It is concluded that the development of deaf children requires rich linguistic environments, inclusive pedagogical mediation, and early access to Libras. The study reaffirms bilingual education for deaf learners as a right, emphasizing that teacher education, the presence of deaf teachers, and the recognition of deaf culture are indispensable conditions for effective school inclusion. This research contributes to the field of Pedagogy by demonstrating the need for strengthened educational policies and for the expansion of new studies on bilingual practices, deaf childhood, and linguistic development.

**Keywords:** deaf child; development; bilingual education; libras.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Nuvem de palavras-chave dos trabalhos selecionados.....	35
---	----

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Relação dos focos dos estudos com os títulos trabalhos selecionados.....	36
--	----

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Quantidade de trabalhos encontrados a partir da utilização ou não utilização de filtros no repositório da CAPES e BDTD.....	30
<b>Tabela 2</b> – Quantidade de trabalhos selecionados a partir da utilização do descritor nos repositórios.....	30
<b>Tabela 3</b> – Relações de trabalhos selecionados na CAPES e na BDTD em relação às regiões do país.....	31
<b>Tabela 4</b> – Relações de trabalhos selecionados na CAPES e BDTD em relação ao ano de publicação.....	32
<b>Tabela 5</b> – Relações de trabalhos selecionados na CAPES e BDTD em relação ao ano de publicação.....	34

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Gráfico de trabalhos selecionados na CAPES e BDTD por região.....	32
<b>Gráfico 2</b> – Gráfico de trabalhos selecionados na CAPES e BDTD por ano.....	33

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AEE	Atendimento Educacional Especializado
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
ZDP	Zona de Desenvolvimento Proximal

## Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS SOBRE LINGUAGEM E EDUCAÇÃO DA CRIANÇA SURDA.....</b>	<b>16</b>
2.1 Linguagem, Mediação e Desenvolvimento: Vygotsky e Saussure.....	17
2.2 A surdez como construção cultural e identitária.....	19
2.3 Escola, Educação Bilíngue de surdos e Práticas Pedagógicas.....	22
<b>3 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA SURDA: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO.....</b>	<b>25</b>
3.1 Metodologia: percurso bibliográfico sobre a educação e desenvolvimento da criança surda.....	26
3.2 Levantamento Bibliográfico em Bases CAPES e BDTD.....	28
3.3 Resumo Sintético dos Documentos Seleccionados.....	38
3.4 Resultados: o que a Literatura Evidencia sobre o Tema.....	49
<b>4 CONCLUSÃO.....</b>	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>58</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A educação da criança surda no contexto escolar brasileiro tem sido tema de crescente interesse nas últimas décadas, sobretudo nos debates sobre inclusão, bilinguismo<sup>1</sup> e desenvolvimento infantil (Dizeu; Caporali, 2005; Garrutti; Moreira, 2022). A presença da Libras como primeira língua (L1) da criança surda e do português escrito como segunda língua (L2) evidencia questões principais sobre linguagem, mediação pedagógica e práticas escolares inclusivas (Dizeu; Caporali, 2005; Borges; Teixeira; Witchs, 2023). Compreender como a literatura acadêmica aborda a educação e o desenvolvimento da criança surda torna-se, assim, indispensáveis para refletir sobre limites e possibilidades que se apresentam no espaço escolar.

O interesse por esse tema também parte de uma trajetória pessoal e acadêmica construída durante o curso de Pedagogia, em que a aproximação com disciplinas de Psicologia da Educação e debates sobre inclusão intensificou o desejo de compreender como a escola acolhe ou não acolhe as singularidades da criança surda. Assim, esse percurso formativo motivou um olhar crítico para a educação inclusiva e para os modos como o desenvolvimento da linguagem ocorre em contextos bilíngues.

A partir desse percurso, definiu-se investigar a educação e o desenvolvimento da criança surda no contexto escolar. Trata-se de um tema que exige sensibilidade e aprofundamento teórico, especialmente porque envolve o reconhecimento da criança como sujeito social e de direito conforme proposto legalmente pela Constituição Federal de 1988, articulado a dimensões culturais, linguísticas e históricas que constituem suas experiências no contexto da educação escolar e das relações sociais que a permeiam. Como a literatura reúne estudos realizados em diferentes etapas da educação básica, opta-se por não delimitar um nível específico, preservando uma compreensão mais ampla do tema.

De acordo com Dias, Soares e Oliveira (2016), a infância nem sempre foi compreendida como categoria social<sup>2</sup>, e a criança por muito tempo esteve invisibilizada em diferentes sociedades, sobretudo em razão de discursos modernos que a colocavam em posição subalterna e não a reconheciam como sujeito histórico, social e de direitos. As

---

<sup>1</sup> Neste trabalho, o termo “bilinguismo” refere-se à proposta educacional que reconhece a Libras como primeira língua (L1) da criança surda, língua de aquisição, comunicação e constituição simbólica, e o português escrito como segunda língua (L2), aprendida em condições específicas de mediação pedagógica. Trata-se de uma concepção distinta da perspectiva oralista, pois parte da língua de sinais como base do desenvolvimento linguístico e cognitivo.

<sup>2</sup> Em Dias, Soares e Oliveira (2016), a infância é compreendida como categoria social porque se constitui historicamente como um grupo com formas próprias de existência, participação e direitos. Essa condição emerge no enfrentamento de processos de invisibilidade e de negação da criança como sujeito social.

autoras mostram que a valorização da infância ganha força a partir de movimentos sociais e de avanços legais que passaram a reconhecer a criança como sujeito social, histórico e de direitos. Nesse cenário mais amplo, documentos internacionais como a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959) e, posteriormente, iniciativas voltadas à educação inclusiva, como a Declaração de Salamanca (1994), corroboram esse movimento global de reconhecimento e proteção da infância.

No caso da criança surda, esse compromisso implica garantir acesso à linguagem, à convivência e às formas de expressão cultural, o que demanda ambientes bilíngues e mediações qualificadas, como a presença de professores fluentes em Libras, interações entre pares surdos e práticas que valorizem a visualidade (Garrutti; Moreira, 2022; Borges; Teixeira; Witches, 2023).

Para Vygotsky (1991), a linguagem desempenha uma função indispensável no desenvolvimento, pois é por meio dela que a criança organiza o pensamento e se relaciona com o mundo. A palavra funciona como um mediador simbólico que integra aspectos sociais e culturais às suas formas de aprender e compreender a realidade. Nessa perspectiva, a aprendizagem não ocorre isoladamente, mas se constrói nas interações e nas práticas sociais que dão sentido à linguagem.

Nessa direção, a literatura aponta que a ausência de Libras na escola restringe as interações e empobrece as experiências de comunicação da criança surda, dificultando seu desenvolvimento linguístico e sua participação nas situações cotidianas de aprendizagem (Caldas, 2020). Em contrapartida, o acesso precoce à Libras, a convivência com pares e adultos sinalizantes<sup>3</sup> e a mediação pedagógica qualificada favorecem a constituição de significados, a participação social e a construção da identidade surda (Dizeu; Caporali, 2005; Garrutti; Moreira, 2022).

Diante disso, formula-se a seguinte pergunta-problema: como a literatura acadêmica aborda a educação e o desenvolvimento da criança surda no contexto escolar e quais limites e possibilidades são identificados nesse cenário?

O objetivo geral deste trabalho consiste em compreender, por meio de levantamento bibliográfico, os limites e possibilidades da educação e do desenvolvimento da criança surda no contexto escolar. Para atingir esse propósito, busca-se: (i) discutir o desenvolvimento da linguagem da criança surda a partir de contribuições que tratam de mediação, linguagem e surdez enquanto construção cultural; (ii) analisar como a literatura acadêmica recente tem

---

<sup>3</sup> Adultos sinalizantes são adultos surdos usuários fluentes de Libras que participam da interação com a criança, favorecendo sua aquisição linguística.

abordado a educação e o desenvolvimento da criança surda no Brasil; e (iii) refletir sobre as contribuições da educação bilíngue de surdos para a compreensão e o apoio ao desenvolvimento da linguagem da criança surda.

A metodologia adotada consiste em levantamento bibliográfico de abordagem qualitativa, conforme descrito em Minayo (1994), Lima e Miotto (2007) e Gil (2008). O estudo abrangeu documentos acadêmicos (artigos, dissertações e teses) localizados nas bases do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), selecionados a partir de descritores relacionados ao tema e critérios de relevância, contexto escolar e acesso aberto. O material foi organizado em tabelas, quadros, gráficos e figuras nos quais foi possível mapear tendências, lacunas e contribuições presentes na literatura consultada.

Este trabalho está organizado em três seções principais. A primeira corresponde à introdução, na qual se apresentam tema, justificativa, pergunta-problema, objetivos e metodologia. A segunda desenvolve os fundamentos teóricos em três subseções: (2.1) linguagem, mediação e surdez (Vygotsky e Saussure); (2.2) surdez como construção cultural e identitária (Skliar); (2.3) escola, educação bilíngue de surdos e práticas pedagógicas. A terceira seção (3) apresenta o levantamento bibliográfico realizado nas bases CAPES e BDTD, descrevendo procedimentos metodológicos e a organização do material para análise.

Em linhas gerais, a pesquisa busca ampliar a compreensão sobre o desenvolvimento da criança surda no ambiente escolar, evidenciando a importância da educação bilíngue de surdos, da mediação pedagógica e do reconhecimento da surdez como diferença cultural (Skliar, 1997; Dizeu; Caporali, 2005; Garrutti; Moreira, 2022). A partir desse olhar, pretende-se contribuir com reflexões que apoiem a construção de práticas inclusivas e de ambientes escolares mais sensíveis à diversidade linguística e cultural.

## **2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS SOBRE LINGUAGEM E EDUCAÇÃO DA CRIANÇA SURDA**

A compreensão dos limites e possibilidades da educação e do desenvolvimento da criança surda no contexto escolar exige recuperar referenciais que tratam da linguagem como prática social, da surdez como experiência cultural e das condições pelas quais as crianças acessam e participam das práticas educativas. Essa perspectiva permite situar a pergunta-problema deste estudo no campo das relações entre linguagem, mediação e escolarização, orientando a análise para os modos como diferentes autores têm discutido o

desenvolvimento da criança surda e para os princípios que sustentam propostas bilíngues. Ao reunir contribuições de diferentes tradições teóricas, busca-se construir um quadro que explicita como as crianças produzem sentidos, se constituem como sujeitos e interagem em um mundo organizado por signos, práticas culturais e relações sociais.

Nesse percurso, esta seção articula três eixos de leitura que sustentam o levantamento bibliográfico realizado: (i) as concepções de linguagem, mediação e desenvolvimento, especialmente em Vygotsky (1984) e Saussure (2006), que ajudam a compreender como a criança atribui significados e participa de práticas culturais; (ii) as análises de Skliar sobre a surdez como construção cultural e identitária, que deslocam o debate para além da lógica do deficit; e (iii) as bases legais e conceituais referentes à educação bilíngue de surdos, que fundamentam a organização escolar e as práticas pedagógicas voltadas às crianças surdas. Esses referenciais constituem a base teórica para interpretar a literatura recente sobre o tema e para refletir sobre as contribuições e limites presentes nas práticas educacionais dirigidas a esse público.

## **2.1 Linguagem, Mediação e Desenvolvimento: Vygotsky e Saussure**

A discussão sobre linguagem no desenvolvimento infantil demanda abordagens que permitam compreendê-la como prática social e como sistema estruturado de signos. Nesse sentido, Vygotsky (1984; 1991a; 1991b; 2011) e Saussure (2006) aparecem como referenciais complementares: o primeiro enfatiza a dimensão histórico-cultural da linguagem; o segundo, sua organização simbólica como sistema coletivo. Tomados em conjunto, ajudam a entender como a criança atribui significados, organiza o pensamento e participa das práticas sociais.

De acordo com Vygotsky (1991a), o desenvolvimento das funções psicológicas superiores ocorre por meio da mediação social, isto é, pela participação em atividades culturais compartilhadas. A linguagem ocupa lugar central nesse processo: embora pensamento e palavra tenham origens distintas, ao longo da infância passam a articular-se de modo mais complexo. Isso permite que a criança planeje, recorde, organize e regule suas ações.

Esse processo aparece de maneira clara no conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), definida como a distância entre o que a criança realiza sozinha e o que pode realizar com apoio de outra pessoa (Vygotsky, 1991b). A interação orientada, como explicações e demonstrações, cria condições para que novas formas de pensamento se

desenvolvam. Assim, o aprendizado não é isolado, mas nasce no plano social antes de ser internalizado.

A mediação também envolve signos e instrumentos, que reorganizam qualitativamente o desenvolvimento (Vygotsky, 1984). Os signos, como palavras, números e símbolos, funcionam como ferramentas internas que auxiliam a memória e o pensamento. Já os instrumentos ampliam as possibilidades de ação sobre o meio. A apropriação desses elementos culturais transforma o desenvolvimento e sustenta formas mais complexas de raciocínio.

Vygotsky (2011) ao analisar crianças com impedimentos sensoriais, entre elas as crianças surdas e ao discutir os “caminhos indiretos” de desenvolvimento mostra que as formas culturais de comportamento podem ser garantidas por diferentes combinações sensorio-motoras, e não dependem do canal oral-auditivo. O autor observa que crianças surdas desenvolvem, espontaneamente, formas próprias e complexas de comunicação gestual. Essa “língua mímica complexa” construída pelos próprios surdos, evidencia que a capacidade humana de significar e compartilhar sentidos se realiza por meio de sistemas de signos disponíveis nas práticas sociais (p. 868).

Nessa direção, Vygotsky (2011) argumenta que o desenvolvimento cultural constitui a esfera privilegiada para compensar barreiras sensoriais. É por meio dos signos culturais, em qualquer modalidade, que a criança participa das práticas sociais, internaliza significados e avança em seu desenvolvimento psicológico. A linguagem, portanto, é mediadora e estruturante do desenvolvimento humano.

Antes de adentrar na concepção saussuriana de língua, é importante reconhecer que a compreensão de linguagem como prática humana não se restringe ao modo oral-auditivo. Como mostra Santaella (1990), nossa comunicação se dá por múltiplas formas sensoriais e simbólicas, pois “nos comunicamos e nos orientamos através de imagens, gráficos, sinais, setas, números, luzes [...] através de objetos, sons musicais, gestos, expressões, cheiro e tato, através do olhar, do sentir e do apalpar” (Santaella, 1990, p. 10). Somos, portanto, seres constituídos por linguagens plurais, o que inclui práticas visuais e gestuais fundamentais para compreender a experiência comunicativa de pessoas surdas.

Para Saussure (2006), a linguagem é composta por dois elementos: a língua (*langue*), sistema social de regras compartilhadas, e a fala (*parole*), uso individual desse sistema. Cada signo linguístico articula um significante (imagem acústica ou visual) e um significado (conceito), unidos por convenção social. Assim, a língua é um sistema simbólico estruturado que organiza a forma como um grupo expressa e compreende o mundo.

Estudos recentes sustentam essa perspectiva ao demonstrar que a Libras também se organiza como um sistema simbólico pleno. Santana e Alves (2024) mostram que sua constituição linguística confirma a legitimidade da Libras como língua natural, o que implica reconhecer que crianças surdas necessitam acessar esse sistema desde muito cedo para construir suas bases cognitivas e linguísticas. Essa compreensão dialoga com o marco legal brasileiro: a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, como meio legal de comunicação e expressão das comunidades surdas.

Esse entendimento é aprofundado na Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) para instituir a educação bilíngue de surdos. O Art. 60-A define essa modalidade como aquela ofertada em Libras como primeira língua e em português escrito como segunda. De forma explícita, o § 2º estabelece: “A oferta de educação bilíngue de surdos terá início ao zero ano, na educação infantil, e se estenderá ao longo da vida.”

Em última análise, a linguagem assume múltiplas formas: orais, visuais, gestuais, sonoras e táteis, e se constitui sempre na relação com o outro. À luz de Santaella (1990) e Saussure (2006), ela pode ser compreendida como um sistema simbólico compartilhado que organiza a experiência e possibilita a produção de sentidos. No caso das crianças surdas, essa participação nas práticas de linguagem ocorre predominantemente por meio da modalidade visuoespacial, o que demanda acesso precoce à Libras como língua plena e culturalmente compartilhada.

## **2.2 A surdez como construção cultural e identitária**

A compreensão da surdez tem sido construída a partir de diferentes modos de interpretá-la ao longo da história. No percurso apresentado por Barbosa *et al.* (2020), aparecem tanto abordagens de base biomédica, que entendem a surdez como deficiência e enfatizam a perda auditiva e os processos de normalização, como também perspectivas que a reconhecem como forma legítima de diferença linguística, cultural e identitária. Nessa segunda perspectiva, há aceitação e valorização das línguas de sinais, bem como o reconhecimento de que a pessoa surda pertence a uma comunidade com cultura própria.

Nesse debate, o Decreto nº 5.626 de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436 de 2002 (Brasil, 2005), também oferece uma referência relevante ao definir quem é considerado surdo no ordenamento jurídico brasileiro. De acordo com o Artigo 2º, considera-se pessoa surda aquela que, “por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de

experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras”.

Essa formulação evidencia que a surdez não se reduz a um parâmetro clínico, pois envolve formas específicas de interação, experiência e pertença cultural mediadas pela Libras. O mesmo artigo distingue essa compreensão sociocultural da definição estritamente audiológica de deficiência auditiva, caracterizada como perda bilateral parcial ou total igual ou superior a quarenta e um decibéis, aferida por audiograma nas frequências de quinhentos hertz, mil hertz, dois mil hertz e três mil hertz. Essas duas leituras, a biomédica e a sociocultural, coexistem e se tensionam no campo educacional, constituindo o cenário no qual se insere a discussão proposta por Skliar (2015).

Segundo o autor, às diferenças não devem ser entendidas apenas como variações formais, textuais e linguísticas, mas como diferenças políticas produzidas em relações historicamente marcadas por assimetrias de poder. No caso da surdez, isso implica reconhecer que a língua de sinais, a comunidade e as práticas culturais surdas não dependem da autorização da normalidade ouvinte para existirem; ao contrário, constituem formas legítimas de experiência social e de produção de sentidos que antecedem e desafiam os discursos hegemônicos que tentam defini-las (Skliar, 2015).

A partir da síntese histórica apresentada por Lacerda (1998), observa-se que o oralismo configurou-se, sobretudo a partir do final do século XIX, como abordagem dominante na escolarização de pessoas surdas. Fundamentado na centralidade da fala, da leitura labial e do treino auditivo, esse modelo tinha como objetivo integrar o sujeito surdo à sociedade ouvinte, muitas vezes proibindo o uso da língua de sinais e suprimindo formas visuais de comunicação. Tal orientação exigia que a criança surda superasse sua condição, aproximando-se do comportamento considerado “normal”. Mesmo com avanços tecnológicos e estratégias de reabilitação, os resultados educacionais do oralismo mostraram limitações importantes no desenvolvimento linguístico, cognitivo e social dos surdos.

Nesse contexto, emergem as críticas apresentadas por Skliar (1997, 1998, *apud* Giammelaro; Gesueli; Silva, 2013). Para o autor, a concepção de surdez subjacente ao oralismo está baseada em um modelo clínico-terapêutico que associa a surdez à falta, ao déficit e à correção. Sob essa lógica, a educação converte-se em espaço de normalização e de produção de sujeitos que deveriam aproximar-se de um ideal ouvinte. As autoras também destacam que, segundo Skliar, o oralismo institui um processo de medicalização da surdez, negando a língua de sinais, a cultura surda e as experiências visuais que constituem modos próprios de significar o mundo. Tais práticas se articulam ao ouvintismo, entendido como a

ideologia que valoriza a experiência ouvinte como norma e mede a pessoa surda a partir desse padrão.

A partir desse deslocamento crítico, Skliar (1997) propõe compreender a surdez como diferença cultural, e não como deficit. Isso não implica negar a dimensão biológica da perda auditiva, mas reconhecer que ela constitui apenas um dos aspectos da experiência surda. Em uma perspectiva cultural, a surdez envolve práticas compartilhadas, modos específicos de perceber o mundo e formas próprias de produzir sentidos ancoradas na modalidade visuoespacial. Nesse processo, a língua de sinais assume função estruturante: não é apenas um recurso comunicativo, mas o elemento que possibilita a construção da identidade surda e a participação em uma comunidade linguística. A língua de sinais organiza o pensamento, permite o acesso à cultura e sustenta formas de resistência às políticas que historicamente marginalizaram esses sujeitos.

A discussão proposta pelo autor também se relaciona com o conceito de alteridade. Ao compreender a surdez como uma forma legítima de diferença, Skliar (2002) questiona ideias fixas de normalidade e de assimilação. Para ele, a relação com o outro não deve partir da expectativa de que ele se torne igual a nós. Como afirma o autor, “o outro enquanto outro não é um objeto que se torna nosso; ao contrário, retira-se em seu mistério” (Skliar, 2002, p. 116). Reconhecer a alteridade significa, portanto, aceitar a diferença do outro, sem submetê-lo a processos de normalização. Nessa perspectiva, a experiência surda convida a escola e a sociedade a conviver com modos distintos de ser, comunicar e aprender, ampliando o olhar sobre as práticas pedagógicas dirigidas à criança surda.

Em suas análises sobre educação bilíngue de surdos e bicultural, Skliar (1997; 1998) argumenta que o bilinguismo para surdos não deve ser reduzido a métodos ou a percentuais entre fala, escrita e sinais. O autor defende que a educação bilíngue de surdos deve ser compreendida como o direito dos sujeitos que possuem uma língua minoritária, a língua de sinais, de serem educados nessa língua, em articulação com a língua majoritária da sociedade envolvente. Trata-se de colocar a língua de sinais no centro do projeto escolar, não como recurso auxiliar, mas como primeira língua e base para o acesso a outros conhecimentos e linguagens.

Nessa perspectiva, o bilinguismo está intrinsecamente ligado ao biculturalismo. Ao reconhecer a língua de sinais como língua própria das comunidades surdas, Skliar (1997; 1998) afirma a existência de uma cultura surda que não pode ser tratada como versão atenuada ou deficitária de uma suposta “cultura ouvinte”. Biculturalismo, nesse sentido, não significa exigir que o sujeito surdo se adapte completamente à cultura hegemônica, mas criar

condições para que possa transitar entre diferentes espaços sociais, preservando sua pertença à comunidade surda e participando criticamente da sociedade mais ampla. Educação bilíngue de surdos e bicultural implica recolocar no centro do debate as identidades surdas, as experiências visuais e as formas próprias de produção cultural e de participação social.

À luz dessa compreensão cultural da surdez, torna-se necessário discutir como a escola, enquanto espaço social e linguístico, pode garantir condições de acesso, participação e desenvolvimento para a criança surda. Esse debate conduz à reflexão sobre a educação bilíngue de surdos e as práticas pedagógicas, tema da próxima sessão.

### **2.3 Escola, Educação Bilíngue de surdos e Práticas Pedagógicas**

A mediação cultural das crianças surdas ocorre principalmente pela Língua de Sinais, pois é ela que organiza suas formas de comunicação, interação e participação no meio social. Por isso, a escola precisa oferecer um ambiente em que a Libras esteja presente nas interações cotidianas, possibilitando o acesso à linguagem e ao desenvolvimento. Essa compreensão dialoga com Vygotsky (1991a; 1991b), para quem o desenvolvimento acontece nas relações sociais mediadas por signos, e também com Skliar (1997; 1998), ao reconhecer que a criança surda traz consigo uma experiência cultural e linguística própria.

O contexto escolar, conforme discutem Borges, Cardoso e Witches (2023) e Santos e Cavalcante (2022), é um dos principais espaços de constituição da linguagem. Nas interações mediadas pela Libras, as crianças podem compartilhar sentidos, construir vínculos e participar de práticas culturais que fortalecem a identidade surda. Assim, não basta integrar o estudante surdo a um ambiente majoritariamente oralizado; é necessário organizar a escola como espaço bilíngue e sensível às demandas culturais e linguísticas das comunidades surdas, como indicam Dizeu e Caporali (2005), Ziesmann (2018) e Silva (2020).

Essa compreensão encontra ressonância nas análises de Skliar (1998), para quem a superação do modelo clínico-terapêutico exige a adoção de práticas bilíngues e uma transformação nas concepções que sustentam a escolarização de crianças surdas. O autor destaca que a educação de surdos ainda convive com estereótipos e contrastes binários, como normal/anormal, ouvinte/surdo e oralidade/gestualidade, que reduzem a surdez à falta, em vez de reconhecê-la como diferença cultural, linguística e comunitária.

Romper com essa lógica implica reconhecer que as identidades e experiências das crianças surdas não podem ser reduzidas a deficits, mas devem ser compreendidas a partir de relações sociais, culturais e históricas que constituem suas formas de significar o mundo.

Assim, a escola bilíngue não se define apenas pela presença de duas línguas, mas pela construção de um espaço em que a comunidade surda, suas práticas culturais e seus modos de linguagem sejam valorizados e integrados ao projeto pedagógico.

A discussão sobre bilinguismo e mediação cultural dialoga também com as reflexões de Skliar (2002) acerca da alteridade. Para o autor, a relação com o outro não pode ocorrer sob a lógica da assimilação, pois a diferença é irreduzível e abre possibilidades próprias de significação e presença no mundo. Ele critica aquilo que denomina “hospitalidade hostil”, isto é, práticas que acolhem o outro apenas sob as condições da mesmidade, apagando sua singularidade linguística e cultural. No caso das crianças surdas, isso significa que a escola não pode limitar-se a integrá-las ao espaço majoritariamente ouvinte, mas deve reconhecer que a experiência visual constitui outra forma de organizar o pensamento, a linguagem e as relações. Assim, uma pedagogia comprometida com a diferença precisa reorganizar seus tempos, espaços e práticas, garantindo lugar legítimo à Libras, à cultura surda e às identidades que emergem dessa experiência.

No campo legal, a Lei nº 10.436/2002 (Brasil, 2002), reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão, e o Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005), detalha sua implementação, prevendo a presença da Libras na formação docente, no currículo e na organização da educação de surdos. A Lei nº 14.191/2021 (Brasil, 2021), incorpora à LDBEN o direito à educação bilíngue de surdos, assegurando Libras como primeira língua e o português escrito como segunda desde a educação infantil. Esses dispositivos confirmam que o acesso à Libras não é um recurso suplementar, mas condição estruturante para o desenvolvimento linguístico, cultural e identitário da criança surda.

Nesse cenário, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), regulamentado inicialmente pelo Decreto nº 7.611/2011 (Brasil, 2011), e reorganizado pelo Decreto nº 12.686/2025 (Brasil, 2025), permanece como serviço complementar e suplementar à escolarização. O documento reafirma o direito à educação em um sistema educacional inclusivo, com a oferta de recursos e serviços que apoiem, complementem ou suplementem a escolarização de estudantes públicos da educação especial. O decreto estabelece que o AEE deve ocorrer preferencialmente nas escolas comuns, articulado ao projeto pedagógico e voltado à eliminação de barreiras comunicacionais, linguísticas e de acesso ao currículo.

Embora destinado a apoiar a participação de estudantes públicos da educação especial, o AEE não substitui a oferta bilíngue, nem pode assumir a função de garantir o acesso à língua de sinais. A política atual enfatiza que a educação de surdos ocorra em classes comuns, com recursos inclusivos, mas preservando o direito linguístico à Libras

como língua de instrução, algo distinto da função do AEE, que não se configura como espaço de escolarização.

O Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005), constitui marco principal da educação bilíngue de surdos ao definir a Libras como língua de instrução e organizar a formação de professores para essa modalidade. Determina que cursos de Pedagogia e Letras incluam Libras como disciplina obrigatória e estabelece a formação de docentes bilíngues para atuar na educação infantil e anos iniciais. Também regulamenta a instrução do português escrito como segunda língua e prevê recursos de acessibilidade, avaliações em Libras e uso de tecnologias de informação como parte da organização institucional.<sup>4</sup>

No âmbito escolar, o decreto define escolas e classes bilíngues como espaços em que a Libras e o português escrito são as línguas utilizadas em todo o processo educativo, reconhecendo as especificidades visuais e culturais dos estudantes surdos. Entretanto, como analisa Jesus (2016), a possibilidade de frequência de estudantes ouvintes gera ambiguidades, uma vez que as línguas de instrução são diferentes da língua materna dessas crianças. Ademais, ao manter a lógica da complementação curricular no contraturno, o decreto evidencia tensões entre o conceito de escola bilíngue para surdos e a perspectiva inclusiva que organiza a educação especial como apoio à escola regular, produzindo disputas conceituais sobre o lugar da escolarização desses estudantes.

As análises de Rocha, Felício e Leite (2023) confirmam essa compreensão ao destacar que o Atendimento Educacional Especializado não deve ser confundido com espaço de escolarização ou de reforço, mas concebido como serviço que desenvolve habilidades específicas, considerando as necessidades linguísticas e comunicacionais dos estudantes surdos. As autoras apontam que, embora o AEE possa contribuir para o acesso ao conhecimento, como ao trabalhar a Libras em contexto de apoio ou favorecer a leitura do português escrito, sua função é complementar, e não substituir a escolarização bilíngue. Nesse sentido, enfatizam que a mediação pedagógica oferecida no AEE precisa reconhecer a língua de sinais como forma legítima de comunicação e como base para a constituição cognitiva dos estudantes, evitando práticas que reproduzam a lógica oralista ou reduzam a surdez a deficit.

---

<sup>4</sup> No estado de Goiás, destaca-se o Núcleo de Capacitação dos Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez – NAS (antigo CAS Goiânia), criado em 2005 por meio de parceria entre o MEC e a SEDUC/GO. O núcleo oferece formação continuada, atendimento às pessoas surdas e produção de materiais didáticos e midiáticos, constituindo-se como referência regional. Embora relevante ao contexto local, o NAS não integra o escopo analítico desta pesquisa.

Dessa leitura, o AEE pode contribuir para o desenvolvimento dos estudantes surdos, mas não garante sozinho o atendimento pleno às demandas linguísticas envolvidas no uso da Libras como língua de instrução. Isso salienta a necessidade da escola bilíngue como espaço estruturante do desenvolvimento e da participação social.

As contribuições discutidas por Souza e Costa (2024) evidenciam que a Libras na Educação Infantil é indispensável para o desenvolvimento integral das crianças surdas e ouvintes, abrangendo dimensões psicológicas, intelectuais e sociais. Os autores destacam que, quando a Libras integra as práticas cotidianas da sala, ela não atua apenas como apoio ao estudante surdo, mas como língua que organiza interações, vínculos e significações. Indicam também que o contato precoce com a língua de sinais favorece a aquisição da linguagem e a participação social, além de promover ambientes mais acolhedores e sensíveis à diversidade. Entretanto, apontam que a ausência da Libras na Educação Infantil e a formação insuficiente de professores ainda constituem barreiras significativas, o que reforça a necessidade de sua inserção sistemática como condição para uma escolarização bilíngue reconhecida.

Assim, compreender a escola, a educação bilíngue de surdos e as práticas pedagógicas a partir da perspectiva cultural da surdez implica reconhecer o protagonismo da Libras como língua de base para as interações e mediações pedagógicas, a função dos profissionais bilíngues (professores intérpretes de libras, apoios bilíngues etc) , a organização visual do ambiente educativo e a necessidade de garantir condições para que as crianças surdas desenvolvam sua linguagem e participem das práticas sociais de modo abrangente e expressivo.

### **3 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA SURDA: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO**

Esta seção apresenta o percurso metodológico e analítico que orienta o levantamento bibliográfico sobre a educação e o desenvolvimento da criança surda. Após a discussão teórica construída anteriormente, o foco desloca-se para a forma como as produções acadêmicas têm abordado a escolarização, as práticas bilíngues, as experiências linguísticas e culturais das crianças surdas. O delineamento metodológico apoia-se em autores como Minayo (2002), Gil (2008) e Teixeira (2015), que ressaltam a contribuição da abordagem

qualitativa e da pesquisa bibliográfica para compreender fenômenos educativos em sua dimensão social, histórica e simbólica.

Na sequência, apresentam-se e analisam-se os resultados identificados nas bases acadêmicas, articulando-os ao referencial discutido na seção anterior, que enfatiza a mediação, a linguagem e a constituição cultural dos sujeitos, conforme Vygotsky (1991a; 1991b; 1998; 2011); Saussure (2006); Skliar (1997; 1998; 2002) e demais autores trabalhados. Dessa forma, esta seção estabelece a conexão entre os procedimentos metodológicos adotados e as interpretações construídas, permitindo compreender como a literatura tem discutido, e por vezes limitado, as possibilidades de desenvolvimento, escolarização e participação da criança surda no contexto educacional brasileiro<sup>5</sup>.

### **3.1 Metodologia: percurso bibliográfico sobre a educação e desenvolvimento da criança surda**

A presente pesquisa, intitulada *Educação e Desenvolvimento da Criança Surda no Contexto Escolar*, foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, uma vez que o fenômeno investigado envolve dimensões simbólicas, culturais, linguísticas e sociais que não podem ser reduzidas a dados numéricos. Segundo Teixeira (2015), a pesquisa qualitativa é amplamente utilizada no campo educacional por possibilitar a análise de significados, processos e experiências construídas pelos sujeitos em seus contextos históricos. Nessa mesma direção, Minayo (2002) afirma que a abordagem qualitativa permite compreender níveis da realidade que não são mensuráveis, pois estão relacionados às práticas sociais, aos valores, aos modos de significar o mundo e às relações constituídas culturalmente, aspectos determinantes para compreender as experiências linguísticas e educacionais das crianças surdas.

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, desenvolvida a partir de produções acadêmicas já publicadas sobre educação de surdos, desenvolvimento infantil, linguagem, cultura e educação bilíngue de surdos. Gil (2008) afirma que esse tipo de pesquisa possibilita reunir, sistematizar e analisar contribuições teóricas existentes sobre determinado tema, fornecendo uma base sólida para a construção do quadro conceitual do estudo. Pizanni *et al.* (2012) destacam que a investigação bibliográfica envolve a consulta a livros, artigos científicos, dissertações, teses e periódicos, permitindo identificar avanços, tensões e lacunas

---

<sup>5</sup> O presente trabalho foi submetido ao *software Plagium* para verificação de similaridade em 21 de novembro de 2025, antes da apresentação pública.

nas discussões da áreas, o que permitiu acessar produções que oferecem perspectivas complementares para compreender a constituição histórica e cultural da experiência surda e as formas pelas quais as crianças surdas desenvolvem linguagem, identidade e aprendizagem.

O levantamento bibliográfico foi realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por serem repositórios que reúnem produções científicas relevantes. Para orientar as buscas, foram utilizados os seguintes descritores: *educação*, *desenvolvimento* e *criança surda*, combinados com o operador booleano AND, conforme o sistema de cada repositório.

Em consonância com Lima e Miotto (2007), que destacam a necessidade de definição prévia de critérios na coleta bibliográfica, foram adotados os seguintes critérios de inclusão: artigos científicos, dissertações e teses disponíveis em acesso aberto; estudos que discutem educação, linguagem ou desenvolvimento da criança surda. No início do levantamento, optou-se por realizar uma busca exploratória, sem a definição prévia de um recorte temporal, com o objetivo de identificar a amplitude e a distribuição das produções acadêmicas sobre a temática. Após essa etapa inicial, verificou-se a necessidade de estabelecer um recorte temporal para refinar o *corpus*, adotando-se o período de 2015 a 2025. A escolha desse intervalo considera o aumento de pesquisas relacionadas à educação de surdos após a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146/2015 (Brasil, 2015). Dessa forma, o recorte temporal foi utilizado de maneira criteriosa e somente quando necessário, assegurando o rigor metodológico do estudo.

Foram definidos como critérios de exclusão: textos incompletos, resenhas, editoriais ou produções sem revisão por pares; materiais que não tratassem do objeto de estudo. Após a seleção preliminar, realizou-se leitura sistemática, organização das informações e registro das ideias principais, de modo a identificar convergências, tensões e categorias analíticas emergentes.

A análise dos dados seguiu as etapas propostas por Minayo (2002), que organiza o processo metodológico qualitativo em três momentos interdependentes: (1) ordenação dos dados, etapa em que as obras selecionadas foram lidas de forma exploratória e sistematizadas de acordo com os critérios estabelecidos (tema, ano, tipo de estudo, área de contribuição); (2) classificação, momento em que os materiais foram agrupados em categorias temáticas emergentes, tais como desenvolvimento linguístico, educação bilíngue **de surdos** em Libras/Português, práticas pedagógicas, recursos de acessibilidade e constituição identitária

da criança surda; e (3) análise final, que consiste na interpretação crítica dos dados à luz dos referenciais teóricos, articulando-os às determinações históricas, sociais e culturais que atravessam a educação das crianças surdas, conforme orienta a perspectiva dialética proposta por Minayo (2002).

Essas etapas permitiram organizar os estudos de forma rigorosa e construir uma síntese interpretativa capaz de responder aos objetivos da pesquisa. Dessa forma, o percurso metodológico adotado, permitiu construir uma base sólida para compreender como a literatura acadêmica discute a educação e o desenvolvimento da criança surda no contexto escolar, oferecendo subsídios fundamentados para a análise apresentada neste estudo.

### **3.2 Levantamento Bibliográfico em Bases CAPES e BDTD**

O levantamento bibliográfico constitui a etapa por meio da qual o pesquisador estabelece seu primeiro contato com a produção existente sobre o tema, identifica tendências, reconhece lacunas e reúne elementos para situar-se criticamente no campo. Trata-se de um procedimento que envolve a definição do tema, a busca de materiais, a seleção das produções e a análise preliminar de seu conteúdo.

Segundo Pádua (2004), essa fase inicia-se com a pré-leitura ou leitura de reconhecimento, que possibilita uma visão geral do assunto e exige atenção na avaliação dos conteúdos presentes em artigos, teses, dissertações e outros documentos. Essa leitura, ainda inicial, permite verificar a pertinência das obras ao tema investigado e identificar se respondem aos objetivos propostos.

Nessa direção, Lima e Miotto (2007) denominam essa etapa de leitura exploratória, definida como uma leitura rápida que busca reconhecer se as informações selecionadas contribuem de modo preciso para o estudo, exigindo do pesquisador domínio conceitual e habilidade no manuseio das publicações científicas.

No presente estudo, a leitura exploratória foi fundamental para delimitar as pesquisas e descartar materiais que não dialogavam com o objeto de investigação. A partir dessa primeira triagem, tornou-se possível organizar as etapas subsequentes da busca sistemática.

A escolha dos descritores constituiu o passo seguinte do levantamento. Optou-se pelos termos educação, desenvolvimento e criança surda, combinados por meio do operador booleano *AND* (Educação *AND* Criança Surda *AND* Desenvolvimento), conforme orientam Picalho, Lucas e Amorim (2022). O uso dessa combinação permitiu refinar os resultados e localizar produções que tratassem diretamente da temática.

Quanto aos repositórios, foram utilizados o Portal de Periódicos da CAPES e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), por reunirem obras acadêmicas relevantes para a área da Educação. As buscas foram realizadas durante os meses de agosto e setembro de 2025, sendo a consulta ao Portal da CAPES concluída em 15/08/2025 e à BDTD em 06/09/2025.

No Portal da CAPES, não foi necessário aplicar recorte temporal, pois o total de trabalhos encontrados (37 publicações) era viável para leitura exploratória e sistematização. Já na BDTD, a busca inicial resultou em 306 trabalhos, o que demandou o uso de critérios de inclusão. Optou-se, então, por adotar o recorte temporal 2015–2025, considerando o aumento das produções acadêmicas relacionadas à educação de surdos após a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), na qual é considerada um marco importante para a pessoa com deficiência o que contribuiu aos debates sobre inclusão educacional no país.

A literatura da área reforça a importância do levantamento bibliográfico como etapa que organiza, fundamenta e dá coerência teórica à pesquisa. Lima e Miotto (2007) descrevem essa fase como o processo de identificação e classificação das produções relevantes, incluindo livros, coletâneas, artigos, teses e dissertações. André (2006) aponta que pesquisas socialmente comprometidas exigem clareza de objetivos e diálogo com a realidade vivida, o que pressupõe um mapeamento consistente da produção prévia. Complementando, Borges e Silva (2011) destacam que o rigor metodológico depende de planejamento, atitude crítica e sistematização cuidadosa das informações encontradas. Por fim, Vosgerau e Romanowski (2014) chamam atenção para a precisão no uso de conceitos e categorias analíticas, especialmente em áreas interdisciplinares como a Educação, em que termos semelhantes podem assumir significados distintos.

Assim, o levantamento bibliográfico realizado permitiu estabelecer um panorama da produção acadêmica sobre educação e desenvolvimento da criança surda, oferecendo base sólida para a análise realizada no presente estudo.

Para organizar os resultados encontrados, foi criada uma tabela no Google Docs, na qual cada trabalho selecionado era registrado com as seguintes informações: número, ano, tipo (artigo, dissertação ou tese), título, autores, instituição, região, estado, foco do estudo, referência, *link*, palavras-chave e resumo. Esse procedimento permitiu sistematizar os dados de forma clara e facilitou a etapa de análise posterior.

Dessa forma, apresenta-se a seguir na tabela (1) a quantidade de trabalhos encontrados a partir da utilização de filtros no repositório da CAPES e BDTD.

**Tabela 1** – Quantidade de trabalhos encontrados a partir da utilização ou não utilização de filtros no repositório da CAPES, BDTD

<i>Descritor</i>	<b>CAPES</b>	<b>Filtros usados na CAPES</b>	<b>BDTD</b>	<b>Filtros usados na BDTD</b>
<i>Educação AND Criança Surda AND Desenvolvimento</i>	37	Acesso aberto	197	Acesso aberto Recorte de tempo (2015-2025)

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A tabela (1) apresenta a quantidade de trabalhos encontrados utilizando a partir dos descritores *educação, desenvolvimento e criança surda*. Na base de dados da CAPES, foram identificados 37 trabalhos utilizando o filtro de acesso aberto. Já na BDTD, foram encontrados 197, sendo 143 dissertações e 33 teses considerando o filtro de acesso aberto e o recorte de temporal 2015 a 2025.

Observa-se que a maior parte dos trabalhos foi encontrada na BDTD, principalmente dissertações, enquanto na CAPES o número de produções é menor. Isso indica que a temática tem sido mais pesquisada em programas de pós-graduação no Brasil, com maior destaque para o nível de mestrado.

**Tabela 2** – Quantidade de trabalhos selecionados a partir da utilização do descritor nos repositórios

<b>Descritor</b>	<b>Trabalhos encontrados na CAPES</b>	<b>Trabalhos selecionados na CAPES</b>	<b>Trabalhos encontrados na BDTD</b>	<b>Trabalhos selecionados na BDTD</b>
<i>Educação AND Criança Surda AND Desenvolvimento</i>	37	14	197	10

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Observa-se acima na tabela (2) a quantidade de trabalhos selecionados a partir da utilização do descritor nos repositórios. No repositório CAPES 14 deles foram selecionados, 10 foram excluídos por não estarem disponíveis em acesso aberto, e 23 foram descartados após leitura exploratória por apresentarem enfoques que não dialogavam com o escopo da pesquisa. Entre esses motivos, destacam-se trabalhos voltados à musicalidade, à comunicação familiar, a contextos não escolares, a enfoques terapêuticos, a estudos etnográficos ou de caso único, bem como análises sobre barreiras comunicacionais que não dialogavam diretamente com o desenvolvimento ou a escolarização da criança surda.

No repositório BDTD, foram selecionados 10 trabalhos após a aplicação do filtro de acesso aberto e do recorte temporal de 2015 a 2025. As demais produções foram excluídas por não apresentarem relação direta com o foco da investigação, incluindo estudos centrados no planejamento de sinalários, estudos de caso específicos em municípios isolados, investigações sobre jogos digitais para educação bilíngue de surdos e trabalhos voltados à formação de fonoaudiólogos, além de um material identificado como duplicado (1). Embora pertinentes ao campo da surdez, tais produções não dialogavam com o objetivo deste estudo, centrado na educação e no desenvolvimento da criança surda no contexto escolar.

**Tabela 3** – Relações de trabalhos selecionados na CAPES e na BDTD em relação às regiões do país

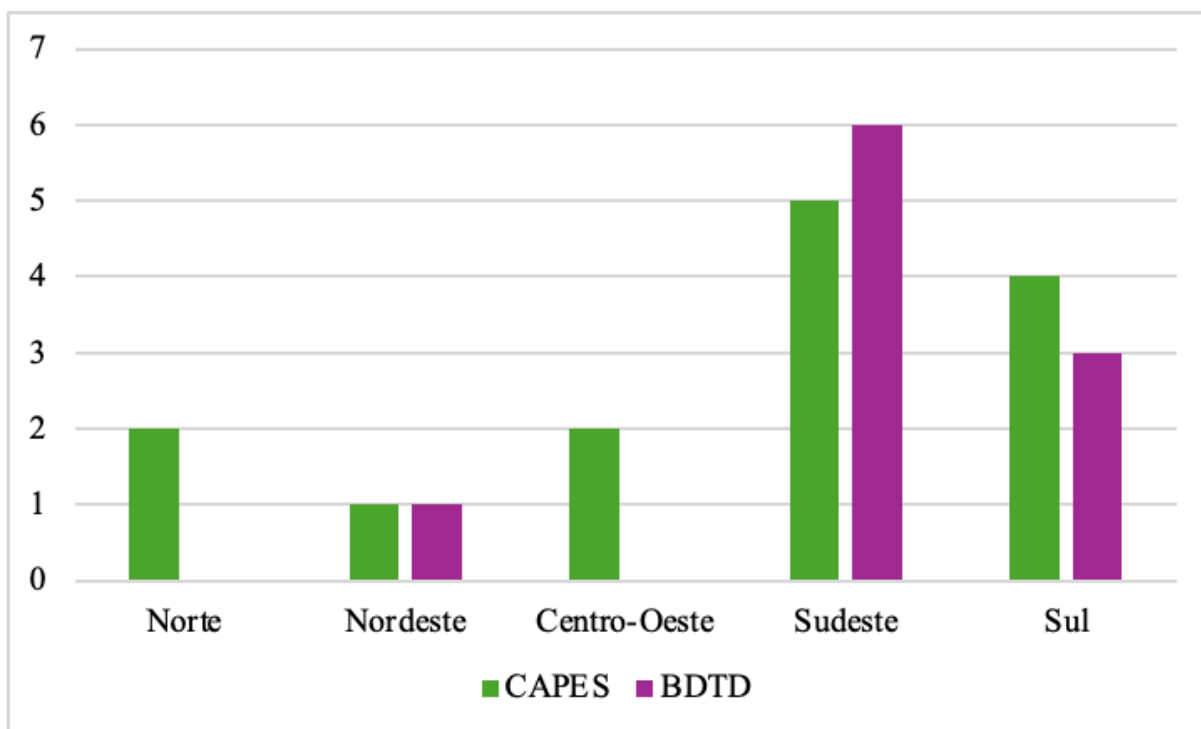
<b>Região</b>	<b>CAPES</b>	<b>BDTD</b>
Norte	2	0
Nordeste	1	1
Centro-Oeste	2	0
Sudeste	5	6
Sul	4	3
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>10</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A tabela (3) mostra as relações de trabalhos selecionados na CAPES e na BDTD em relação às regiões do país. Nota-se uma maior concentração no Sudeste (11 trabalhos) e no Sul (7 trabalhos), enquanto as demais regiões apresentam número reduzido: Centro-Oeste (3), Norte (2) e Nordeste (2) o que indica uma distribuição assimétrica no conjunto de estudos selecionados. Essa assimetria sugere que a produção acadêmica sobre a temática permanece distribuída de forma desigual no país. Além disso, indica que determinadas regiões têm maior tradição ou estrutura institucional para desenvolver estudos sobre educação e desenvolvimento da criança surda.

O Gráfico (1), apresentado a seguir, representa a distribuição dos estudos selecionados por região, conforme os dados da Tabela (3).

**Gráfico 1** - Gráfico de trabalhos selecionados na CAPES e BDTD por região



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A Tabela (4) apresenta a distribuição dos estudos selecionados no Periódico da CAPES e na BDTD em relação ao ano de publicação, permitindo visualizar a ocorrência dos trabalhos ao longo do tempo.

**Tabela 4** – Relações de trabalhos selecionados na CAPES e BDTD em relação ao ano de publicação

Ano de publicação	CAPES	BDTD
2005	1	0
2009	1	0
2015	2	2
2017	0	3
2018	0	2
2020	2	2
2021	2	0
2022	3	0
2023	3	0

<b>Ano de publicação</b>	<b>CAPES</b>	<b>BDTD</b>
2024	0	1
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>10</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

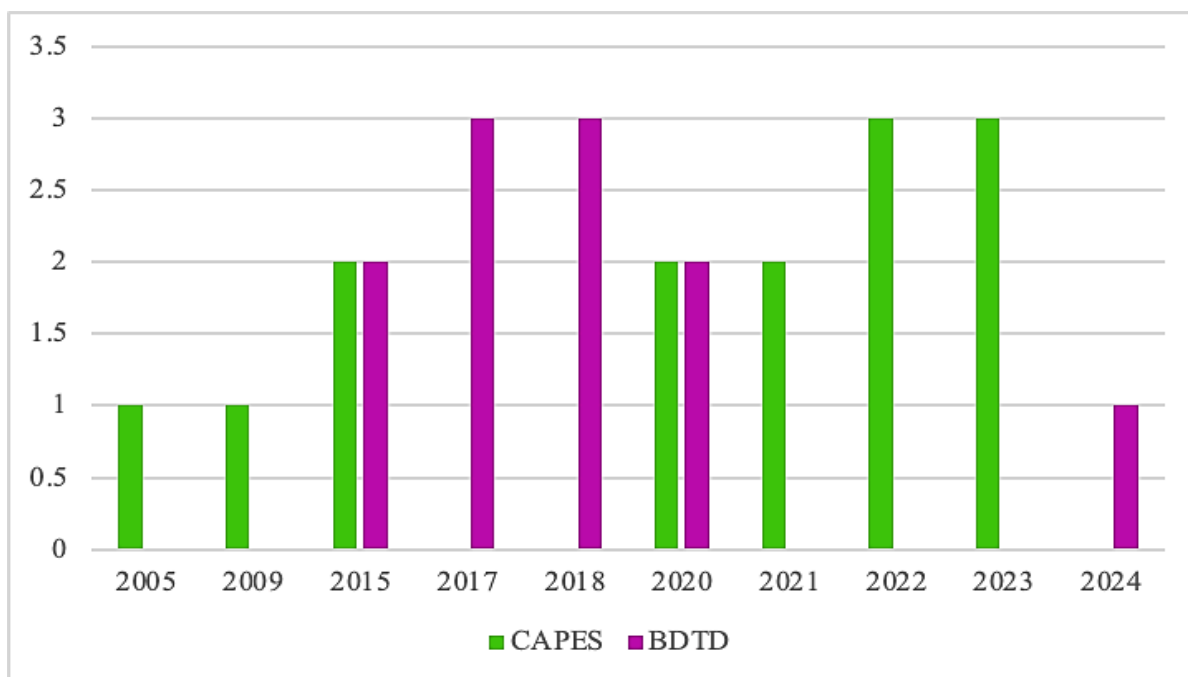
A Tabela 4 apresenta a distribuição dos estudos selecionados no Portal de Periódicos da CAPES e na BDTD por ano de publicação. O recorte inicial de 2015 refere-se especificamente à BDTD, onde esse ano foi adotado como marco temporal devido à promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Na CAPES, por sua vez, não houve definição prévia de recorte temporal, e os anos apresentados refletem apenas o resultado da busca realizada.

Observa-se que, no conjunto geral, os estudos concentram-se entre 2015 e 2023, com variações entre os repositórios. Na CAPES, nota-se uma presença mais contínua de publicações ao longo desse período, com destaque para 2022 e 2023, que registraram três estudos cada. Já na BDTD, há picos em 2017 e 2018, seguidos por um vazio entre 2021 e 2023, com apenas um estudo identificado em 2024.

A combinação dos resultados, variações por ano, lacunas na BDTD e continuidade maior na CAPES, permite interpretar que a produção sobre a educação da criança surda apresenta avanços pontuais, porém não consolidados, concentrando-se em alguns períodos e ausente em outros.

O Gráfico (2) a seguir evidencia essa distribuição de forma visual.

**Gráfico 2** – Gráfico de trabalhos selecionados na CAPES e BDTD por ano



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Percebe-se que o gráfico (2) complementa a tabela (4), apresentando em formato visual, isto é, gráfica, a distribuição dos estudos selecionados por ano de publicação nos dois repositórios. Nota-se que a maioria dos trabalhos escolhidos foram dos anos de 2017 (BDTD), 2018 (BDTD), 2022 (CAPES) e 2023 (CAPES), além de ocorrências pontuais em 2015 e 2020 em ambos.

A Tabela (5) a seguir apresenta a frequência das palavras-chave encontradas nos estudos selecionados. Observa-se que os termos mais recorrentes foram Surdez/Surdo, com dez registros, e Linguagem/Língua, com oito, evidenciando o foco central das pesquisas. Em seguida aparecem Educação, com seis ocorrências, e Educação Infantil/Educação de surdos, com cinco. Termos como Libras, com quatro registros, e Educação linguística/Ambiente linguístico, com duas ocorrências, aparecem em menor número, enquanto outras palavras, como Escolarização de surdos, Deficiente auditivo e Trabalho pedagógico surdo, foram registradas apenas uma vez.

**Tabela 5** – Quantificação referente às palavras-chave em relação aos trabalhos selecionados na CAPES e BDTD

<b>Palavras-Chave na CAPES e BDTD</b>	<b>Quantidade (s)</b>
Surdez/Surdo	10
Linguagem/Língua	8
Educação	6
Educação infantil/ Educação de Surdos	5
LIBRAS	4
Educação linguística/ Ambiente linguístico	2
Escolarização de surdos/ Deficiente auditivo/ Educadoras surdas/ Educadores surdos/ Intérpretes surdas e surdos/ Aquisição de linguagem/ Trabalho pedagógico surdo	1
<b>Total</b>	<b>36</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A tabela mostra que Surdez/Surdo e Linguagem/Língua são os termos mais frequentes, indicando que a produção mapeada se concentra sobretudo nas dimensões linguísticas e identitárias do sujeito surdo. Palavras como Educação, Educação infantil e Educação de surdos apontam para um interesse mais amplo nos processos educativos, enquanto termos ligados à escolarização, aos profissionais surdos e às práticas pedagógicas aparecem apenas uma vez, revelando temas ainda pouco explorados. Nesse cenário, o diferencial deste estudo está em articular de forma integrada educação escolar, desenvolvimento infantil e práticas pedagógicas da criança surda, enfoque que aparece de modo menos sistemático na literatura encontrada.

A nuvem de palavras (Figura 1) evidencia a predominância de termos como educação, surdos e linguagem, o que reforça a centralidade dessas temáticas no conjunto de estudos analisados. A presença destacada de crianças, infantil e Libras confirma a aproximação direta com o objeto desta pesquisa. Por outro lado, a aparição discreta de termos como psicopedagogia, recursos e avaliação sugere que esses temas aparecem de forma complementar, não constituindo o foco principal da produção mapeada.



**Quadro 1** – Relação dos focos dos estudos com os títulos trabalhos selecionados

<b>Foco do estudo</b>	<b>Artigos / Teses / Dissertações</b>	<b>Autores</b>
Aquisição / desenvolvimento da linguagem em crianças surdas na educação infantil	A1 – A criança surda na educação infantil bilíngue: a importância do social para a construção da linguagem	Garrutti e Moreira (2022)
	A2 – A prática de contação de história: unidade didática para o desenvolvimento da linguagem da criança surda	De Moraes e Carvalho (2020)
	A5 – A interação da criança surda a partir da Teoria Histórico-Cultural de desenvolvimento	Siqueira e Brandão (2022)
	A8 – Esferas de atividade simbólica e a construção de conhecimento pela criança surda	Araújo e Lacerda (2009)
	A10 – A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito	Dizeu e Caporali (2005)
	A15 – O papel da argumentação na aquisição da linguagem e no Processo de Aprendizagem de Crianças Surdas em Escolas Bilíngues	Jardim da Silva e Vieira (2024)
	T1 – Aprendizagem da leitura e escrita na perspectiva bilíngue	Monteiro de Souza (2024)
	T3 – Uso da imagem no processo de letramento da criança surda	Vieira dos Reis (2017)
	T4 – Ensino da Língua Portuguesa escrita para criança surda em uma perspectiva bilíngue	Schlic Matos (2017)
	T5 – Desafios da inclusão e aquisição da Língua Portuguesa na proposta de Educação Bilíngue de surdos	Fragoso Oliveira (2015)
	T6 – Contribuições de Paulo Freire para alfabetização bilíngue em Libras/Português de crianças surdas	Rodrigues (2020)
T8 – Avaliação pedagógica para alunos surdos no contexto de um programa inclusivo bilíngue	Chaves de Resende (2015)	
Políticas de inclusão e educação bilíngue de surdos	A13 – Efeitos da política brasileira de inclusão na educação linguística de uma criança surda na escola de educação infantil	Borges, Teixeira, Witches (2023)
	A11 – Inclusão de alunos surdos no ensino regular	Camargo, Melo, Araújo (2022)
	D9 – Práticas pedagógicas em sala de aula com surdos: implicações nos processos de ensino e de aprendizagem	Ziesmann (2018)
	T11 – Efeitos do diagnóstico precoce da surdez nos processos de escolarização de alunos surdos	Camatti (2017)
Psicopedagogia e práticas educativas institucionais	A3 – Psicopedagogia institucional e educação de surdos no Brasil, possíveis encontros	Oliveira Veras (2015)
Recursos pedagógicos e materiais didáticos	A7 – Recursos pedagógicos no desenvolvimento educacional da criança surda	Souza, Teixeira, Justi (2021)
Análise crítica de discursos e práticas educacionais	A6 – E o seu nome é Jonas - Recursos visuais e textuais/verbais como crítica ao discurso oralista na educação dos surdos	Pereira, Cândido, Santos (2020)
	A9 – Subjetivações surdas: discursos sobre a (in)existência da Libras no espaço escolar	Silva, Medeiros, Schwengber (2023)

Foco do estudo	Artigos / Teses / Dissertações	Autores
	A14 – As abordagens educacionais: consequências da metodologia fônica na educação de surdos	Almeida, Silva, Teotônio (2021)
	T10 – Trabalho pedagógico surdo na escola regular	Romário da Silva (2020)
Reflexões gerais sobre cultura surda e educação / subjetividade	A12 – A criança surda: reflexões iniciais	Vater, Daros (2015)
	T2 – Escutando sinais: a escola pela perspectiva da criança surda	Santos Marques (2018)

Fonte: Elaborado pela autora (2025). Legenda: A – Artigos; Teses; D – Dissertações.

O Quadro 1 mostra que a maior parte dos estudos se concentra na aquisição e no desenvolvimento da linguagem da criança surda, evidenciando a centralidade do bilinguismo e das práticas que articulam linguagem, interação e aprendizagem. Os demais trabalhos distribuem-se entre políticas de inclusão, recursos pedagógicos, análises críticas de discursos educacionais e reflexões sobre cultura surda, indicando a presença de enfoques complementares, porém menos frequentes. No conjunto, observa-se que a literatura privilegia dimensões linguísticas e políticas, enquanto discussões integradas sobre desenvolvimento infantil, escolarização e práticas pedagógicas aparecem de forma mais pontual, espaço no qual este estudo se insere ao propor uma análise articulada desses eixos.

Diante desse cenário, compreende-se que a presente pesquisa reconhece essas lacunas e, a partir do referencial já consolidado sobre linguagem e inclusão, busca dialogar com dimensões ainda pouco exploradas, como os recursos pedagógicos na educação da criança surda e a formação mais consistente do pedagogo.

Embora a amostra revele menor participação do Centro-Oeste, a região apresenta crescimento recente de pesquisas em inclusão escolar e educação de surdos, indicando um campo emergente para novos estudos.

Esse acréscimo permite compreender a lacuna regional não como insuficiência do estudo, mas como oportunidade de expansão do campo científico educacional na região.

### 3.3 Resumo Sintético dos Documentos Selecionados

Nesta subseção, será apresentado o resumo sintético, que reúne de forma concisa os principais pontos observados nos documentos selecionados. No Periódico CAPES, foram localizados 14 estudos, cujos principais elementos são sintetizados a seguir.

O artigo “*A criança surda na educação infantil bilíngue: a importância do social para a construção de linguagem*” Garrutti e Moreira (2022), retrata o desenvolvimento linguístico social de crianças surdas na educação infantil bilíngue, fundamentando-se na perspectiva histórico-cultural de Vygotsky e na abordagem bilíngue para surdos, em que a Libras é a primeira língua e o português escrito a segunda língua. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso longitudinal, conduzida durante três semestres por uma turma de educação infantil bilíngue com a observação entre crianças surdas e professores. O estudo destaca a importância da organização de espaços educativos bilíngues desde a infância, com professores fluentes em Libras e instrutores surdos, para assim garantir o acesso à linguagem e às práticas culturais da comunidade surda. O documento enfatiza que a educação bilíngue de surdos é indispensável para o desenvolvimento integral da criança surda que a permite construir significados, socializar e se constituir como sujeito cultural e linguístico. Os resultados da pesquisa evidenciam que a apropriação da Libras ocorre rapidamente quando as crianças estão imersas em ambientes culturais e linguísticos que valorizam a língua de sinais como principal meio de comunicação. A Libras facilita não somente as interações cotidianas, mas também o desenvolvimento cognitivo, construção de conceitos e formação da identidade surda.

O estudo “*A prática de contação de história: unidade didática para o desenvolvimento da linguagem da criança surda*” de Carvalho e Morais (2020), trata de uma unidade didática voltada para o desenvolvimento da linguagem da criança surda na educação infantil, com base na teoria gerativista de Chomsky e na educação bilíngue de surdos. A pesquisa fundamenta-se na ideia de que toda criança possui capacidade inata para adquirir uma língua, desde que ela seja exposta a um ambiente linguístico acessível, sendo o período crítico da infância essencial para essa aquisição. A contação da história “*A árvore sem folhas*”, como proposta pedagógica de Fernando Alonso, como uma estratégia lúdica e visual para estimular a Libras, o letramento e a compreensão textual. A atividade envolve o uso de recursos sensoriais (tapete/saia ilustrativo, dedoches e imagens), para favorecer a interação, o diálogo e ampliação do vocabulário em ambas as línguas. Os resultados teóricos e práticos mostram que a contação de histórias pode ser um instrumento potente para o desenvolvimento da imaginação, da empatia e da linguagem, e também contribui de modo similar para o vínculo entre as extensões linguísticas, cognitivas e afetivas da criança surda. Por fim, conclui-se que a escola bilíngue tem atuação fundamental na estimulação da Libras desde a infância, para garantir o desenvolvimento linguístico e o sucesso escolar futuro.

O texto “*Psicopedagogia institucional e educação de surdos no Brasil, possíveis*

*encontros*” Veras (2015), reflete sobre as possíveis convergências entre a psicopedagogia institucional e a educação de surdos no Brasil, com destaque na importância do bilinguismo e da valorização do sujeito surdo no contexto educacional. Com caráter bibliográfico-descritivo, a pesquisa revisa aspectos históricos, linguísticos e culturais da educação de pessoas surdas, apontando como a psicopedagogia pode contribuir para exercer a inclusão na prática escolar e voltada no sujeito linguístico. A autora evidencia a Libras como primeira língua dos surdos e defende a psicopedagogia institucional como um elo entre a escola, família e comunidade, que promove a mediação de saberes e a construção de espaços educacionais que respeitem as diferenças linguísticas e culturais. Dessa forma, a psicopedagogia, ao integralizar perspectivas interdisciplinares, favorece a aprendizagens carregadas de sentido e auxilia no combate às desigualdades que ainda marcam a educação de surdos no Brasil, que assim, sugere uma escola que enxerga a diferença como ganho e não como limitação.

A publicação “*Efeitos da política brasileira de inclusão na educação linguística de uma criança surda na escola de Educação Infantil*” de Borges, Cardoso e Witchs (2023), analisa os efeitos da política brasileira de inclusão na educação linguística de uma criança surda matriculada em uma escola pública de Educação Infantil no Espírito Santo. A pesquisa possui caráter qualitativo e tipo estudo de caso, baseou-se na observação de interações da criança em sala de aula, com registros feitos por vídeos e diário de campo. Ao final das observações, os resultados apontam obstáculos no acesso da criança às duas línguas envolvidas no processo educacional (Libras e Português), deixando claro que a inclusão ainda ocorre de forma parcial e fragilizada. A falta de preparo e formação linguístico-pedagógica de professores e familiares implica o desenvolvimento do bilinguismo, restringindo os resultados da educação bilíngue de surdos assegurada nas políticas públicas. Desse modo, a política de inclusão, apesar de avançar na integração escolar, exige diretrizes mais claras e de apoio estrutural para promover ambientes linguísticos adequados, que possam garantir o desenvolvimento integral das crianças surdas. O estudo realça a necessidade de formação docente continuada e envolvimento das famílias na promoção da Libras desde a primeira infância, firmando o direito à diferença e à educação bilíngue de surdos.

A pesquisa “*A interação da criança surda a partir da Teoria Histórico Cultural: possibilidade de desenvolvimento*” de Santos e Cavalcante (2022), investiga com base na Teoria Histórico-Cultural de Vygotsky, como ocorrem as interações entre uma criança surda e o meio social na educação infantil. Desenvolvida em uma Unidade Municipal de Educação

Infantil em Santarém (PA), a pesquisa de caráter qualitativo e descritivo, baseada no materialismo histórico-dialético, utilizou observações, entrevistas com professores (composta por três ouvintes e um surdo) e uma criança surda, entre o ano de 2018 e 2019. Conseqüentemente, embora os professores conhecessem as formas de comunicação da criança, havia falta de preparo pedagógico e sensibilidade para proporcionar interações relevantes. A falta de formação docente em Libras e de práticas pedagógicas inclusivas dificultava a inserção da criança no processo educativo. Em contradição, o professor surdo se destacou por favorecer a interação e o desenvolvimento da linguagem da criança. Pode-se concluir que a educação da criança surda necessita de orientação por práticas educativas que valorizem a linguagem, interação e a subjetividade, superando concepções naturalistas e centradas na deficiência. O estudo afirma, a partir da Teoria Histórico-Cultural, a importância do meio social favorável e de uma educação humanizadora que reconheça a criança surda como sujeito protagonista de seu desenvolvimento cultural.

O documento, *“E o seu nome é Jonas – Recursos visuais e textuais/verbais como crítica ao discurso oralista na educação dos surdos”* de Oliveira e Pedrosa (2021), trata-se de uma análise em ponto de partida do filme *“E o seu nome é Jonas”*, como o discurso sobre a surdez são produzidos socialmente. Com embasamento nos pressupostos da análise do discurso de linha francesa e nos discursos de Michel Foucault, buscam compreender como a linguagem atua na formação das identidades surdas e na definição do que é ser *“normal”* ou *“anormal”* na sociedade. A pesquisa, do tipo teórico-analítico, deixa claro que o discurso médico e clínico, historicamente dominante, constrói o surdo como sujeito da falta e da deficiência, que assim, provocam a censura de sua experiência cultural e linguística. Em contradição, os discursos culturais e educacionais bilíngues surgem como formas de resistência e ressignificação da surdez, reconhecendo-a como uma diferença linguística e cultural. Diante dos fatos, pode-se compreender que os discursos que modelam a surdez são determinantes para repensar as práticas educacionais e sociais voltadas às pessoas surdas, que geram uma visão menos patologizante, mais inclusiva e valorize a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a identidade surda como parte da diversidade humana.

*“Recursos Pedagógicos no desenvolvimento educacional da criança surda”*, de Silva e Roldão (2021). O artigo argumenta sobre a importância dos recursos pedagógicos como instrumentos mediadores no processo de ensino e aprendizagem da criança surda, com base qualitativa e descritiva. As autoras apresentam a discussão de como o uso de materiais visuais, linguísticos e tecnológicos, especialmente a Libras, pode favorecer a construção do conhecimento e o desenvolvimento cognitivo da criança surda. A pesquisa mostra que, para

garantir uma educação bilíngue de surdos, é preciso que haja uma capacitação de professores para utilizar estratégias pedagógicas interativas e visuais, adaptar os recursos às necessidades linguísticas e culturais do estudante surdo. Adicionalmente, a função dos recursos pedagógicos como meios de inclusão e valorização da diferença, para promover a participação protagonista da criança no ambiente escolar. Dessa forma, conclui-se que a aquisição de recursos pedagógicos adequados contribui sobremaneira para o desenvolvimento educacional, linguístico e social da criança surda, desde que aliados à formação docente e reconhecimento da Libras como língua de instrução e identidade cultural.

A investigação “*Esferas de atividade simbólica e a construção de conhecimento pela criança surda*” de Machado e Lacerda (2009), de caráter qualitativo, baseia-se na teoria histórico-cultural de Vygotsky (1984) e apresenta um relato de pesquisa realizado em uma escola infantil com crianças do ensino fundamental do 2º ano. A pesquisa analisa como as atividades simbólicas, por exemplo, o desenho, gesto, narrativa e escrita, contribuem para a construção do conhecimento e o desenvolvimento da linguagem da criança surda na perspectiva de uma abordagem bilíngue. Os resultados mostram que a linguagem simbólica é importante para o desenvolvimento social e cognitivo da criança surda, pois possibilita a interação e a mediação de significados antes mesmo da aquisição formal da língua de sinais. As autoras ressaltam a importância de criar contextos educacionais bilíngues que unem a Libras e as linguagens simbólicas no cotidiano escolar, assim, respeitando o modo singular de expressão da criança surda. Portanto, o uso das esferas simbólicas no processo educativo estende as formas de pensar, sentir e aprender da criança surda, que viabiliza uma educação humanizadora e inclusiva, onde o conhecimento é construído de maneira dialógica e culturalmente situada.

O estudo “*Subjetivações surdas: Discursos sobre a (in) existência da Libras no espaço escolar*” de Silva, Medeiros, Schwengber (2023) argumenta, sob uma concepção foucaultiana (1963) da análise do discurso, as formas de subjetivação dos sujeitos surdos e os sentidos atribuídos à Libras no contexto escolar. Utiliza como *corpus* de análise um vídeo bilíngue publicado em redes sociais em 2020, no qual uma criança surda reivindica a obrigatoriedade da Libras nas escolas. A pesquisa, de abordagem qualitativa, debate sobre os discursos emergentes desse material, que identifica posições de sujeito, relações de poder e os efeitos da ausência da Libras na inclusão e comunicação escolar. Pode-se concluir que a falta de acesso à Libras fragiliza os processos educativos, constituição subjetiva dos surdos e interação social, assim intensificando as desigualdades. Defende a necessidade de políticas

públicas que assegurem a Libras como disciplina obrigatória e ampliem o reconhecimento das culturas surdas e identidades.

“*A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito*” de Dizeu e Caporali (2005), discute a importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na formação identitária, cognitiva e social do sujeito surdo, defendendo a perspectiva bilíngue como caminho para o desenvolvimento pleno. As autoras destacam que a Libras é uma língua natural, adquirida espontaneamente, que sua negação na educação reflete uma visão excludente e oralista. A partir de referenciais como Vygotsky (ano e referências finais), Saussure (ano e referências finais), e Quadros (ano e referências finais), o artigo argumenta que a linguagem é constitutiva do pensamento e da subjetividade, sendo indispensável para a inserção social. O acesso precoce à Libras, o contato com a comunidade surda e o envolvimento da família são apontados como fatores indispensáveis para a aquisição da linguagem, superação de estigmas e construção de identidade. Dessa forma, o artigo reafirma a Libras como elemento nuclear para o reconhecimento do surdo como sujeito de linguagem, direitos e cultura.

O estudo, “*Inclusão de alunos surdos no ensino regular*” de Camargo, Melo e Araújo (2022), analisa a inclusão de estudantes surdos nas escolas regulares, debatendo sobre as dificuldades enfrentadas por esses estudantes na aquisição do conhecimento e no desenvolvimento educacional. Mediante a uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, o estudo evidencia que, embora as leis brasileiras garantam o direito à educação inclusiva, persistem lacunas na prática escolar, principalmente pela falta de formação docente e de recursos adequados. Elas destacam a importância do bilinguismo e do uso da Libras como instrumentos fundamentais para a aprendizagem e valorização da cultura surda. Pode-se concluir que a verdadeira inclusão requer preparo pedagógico, investimento em formação continuada e reconhecimento da singularidade dos surdos como sujeitos de direitos e de linguagem.

“*A criança surda: Reflexões iniciais*” de Vater e Daros (2015), reflete sobre a trajetória histórica, linguística e educacional da criança surda, também destaca a importância da cultura surda e da Libras como meio legítimo de comunicação e aprendizado. As autoras abordam a evolução da educação dos surdos, desde períodos de opressão até o reconhecimento da Libras pela Lei nº 10.436/2002. É discutido sobre os fatores linguísticos que influenciam o desenvolvimento cognitivo e comunicativo da criança surda, enfatiza a necessidade do contato precoce com a língua de sinais. Defendem a função imprescindível da escola e da família na promoção de uma educação bilíngue de surdos, inclusiva, de qualidade e capaz de garantir o desenvolvimento social e intelectual do estudante surdo.

O trabalho “*As abordagens educacionais: Consequências da Metodologia Fônica na Educação de Surdos*” de Almeida, Silva, Teotônio (2021), investiga sobre as implicações da escolha do método Fônico na educação de surdos no Brasil, considerando-o um retrocesso que resgata práticas oralistas já superadas. O documento, de caráter qualitativo e descritivo, discute as principais abordagens históricas na educação dos surdos, como o oralismo, comunicação total, bilinguismo e pedagogia surda, e destaca a importância da Libras como língua de instrução e identidade cultural. Os autores criticam a proposta governamental de 2019, que, ao priorizar a oralização e a repetição sonora, ignora as especificidades linguísticas da comunidade surda. Logo, conclui-se que a educação deve ser pautada na Pedagogia Surda e na educação bilíngue de surdos, para desse modo, garantir o direito à língua de sinais e o desenvolvimento integral dos estudantes surdos.

“*O Papel da Argumentação na Aquisição da Linguagem e no processo de Aprendizagem de Crianças Surdas em Escolas Bilíngues*” de Silva e Vieira (2024), avalia como a argumentação contribui para o desenvolvimento linguístico e cognitivo de crianças surdas em contextos escolares bilíngues (Português-Libras) . A pesquisa, de natureza qualitativa, analisou interações discursivas de 23 estudantes surdos, entre 6 e 14 anos, em três escolas bilíngues, sob observações de situações espontâneas e oficinas lúdicas de contação de histórias e desenhos. Baseados nos fundamentos da teoria bakhtiniana da psicologia histórico-cultural e dos estudos de Leitão (2006; 2007; 2011) sobre argumentação, o estudo demonstra que o ato argumentativo mobiliza processos linguísticos, cognitivos e multimodais, como gestos, expressões faciais e retomada de enunciados, favorecem a obtenção bilíngue e o desenvolvimento do pensamento crítico. Portanto, a argumentação é um recurso pedagógico essencial para a inserção da criança surda na língua, para a aprendizagem escolar e formação de sujeitos reflexivos e ativos no processo comunicativo.

No Banco de Teses e Dissertações (BDTD), foram localizados 10 trabalhos, cujos principais aspectos são sintetizados a seguir.

A dissertação “*A aprendizagem da leitura e escrita da criança surda na perspectiva bilíngue*” de Souza (2024), discute o processo de aprendizagem da leitura e da escrita da língua portuguesa por crianças surdas na perspectiva bilíngue, em que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é reconhecida como primeira língua (L1). O estudo, de caráter bibliográfico, baseia-se na concepção da surdez como uma diferença linguística e cultural, e não como deficiência, que se fundamenta em uma abordagem construtivista da aprendizagem. A pesquisa busca compreender as especificidades da alfabetização de crianças surdas, que se dá de forma visual e não auditiva, assim, exigindo práticas pedagógicas diferenciadas. Ao

apresentar os resultados, a autora sistematiza oito princípios orientadores para o processo de alfabetização bilíngue, ressalta a importância de respeitar a experiência visual, a primazia da Libras e a função estratégica do estudante surdo na construção do conhecimento. Em conclusão, a educação bilíngue de surdos é indispensável para a verdadeira inclusão e desenvolvimento linguístico, social e cognitivo das crianças surdas.

“*Escutando sinais: a escola pela perspectiva da criança surda*” de Marques (2018), investiga o processo de escolarização de crianças surdas sob a perspectiva das próprias crianças, buscando compreender como percebem e escola, como vivenciam nesse espaço e o que mudariam nele. Propõe-se romper com a tradição de pesquisas que falam sobre as crianças surdas sem ouvi-las explicitamente. Para isso, realizou-se uma pesquisa qualitativa com a participação de três crianças surdas, entre 6 e 7 anos de idade, matriculadas em uma escola municipal bilíngue de Recife. As informações foram produzidas por meio de oficinas de colagem, fotografia, colagem e desenho, que permitiram expressões lúdicas e visuais. O resultado da análise de dados revelou que as crianças enxergam a escola mais pela lente da infância do que a da surdez, que valoriza o brincar, a amizade e a afetividade. Elas solicitaram espaços de lazer e tecnologias digitais, com isso, deixa claro o desejo de uma escola mais interativa e acolhedora. Pode-se concluir com a pesquisa que as práticas educativas ainda tendem a enxergar o estudante surdo apenas pela condição da surdez, assim consequentemente, desconsidera sua subjetividade infantil. Assim, defende-se a necessidade de entrelaçar os estudos sobre surdez e infância, para promover uma educação que reconheça a criança surda simultaneamente como criança e como sujeito de uma experiência linguística e cultural própria.

A pesquisa “*O uso da imagem durante o processo de letramento da criança surda*” de Reis (2017), analisa a importância das imagens no processo de letramento das crianças surdas, compreende-se a função do visual como mediador da aprendizagem. Fundamentada na perspectiva bilíngue da educação de surdos, a dissertação parte do princípio de que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é a língua natural desses sujeitos, enquanto o português escrito constitui sua segunda língua. O documento de caráter qualitativo e participativo, realizado em um Centro de Atendimento Educacional Especializado (AEE) no interior de Minas Gerais, com três crianças surdas entre 7 e 12 anos de idade. As atividades envolveram observações de sala de aula e interações com um livro composto apenas por imagens. A análise mostrou que as imagens funcionam como instrumentos potentes para a construção de sentido, favorecendo a expressão narrativa e ampliação do vocabulário em Libras e português. As crianças demonstraram tendência a descrever visualmente as figuras, desse

modo, evidencia que o pensamento e a linguagem dos surdos se estrutura predominantemente por meio da visualidade. Conclui-se que o uso pedagógico de imagens potencializa o letramento visual e textual, assim, contribui para práticas inclusivas que reconhecem a surdez como uma diferença linguística e cultural, não como deficiência.

“*O ensino da língua portuguesa escrita para a criança surda em uma perspectiva bilíngue*” de Matos (2017), A dissertação investiga as práticas de mediação da língua portuguesa escrita para crianças surdas em uma perspectiva bilíngue, na qual a Libras é reconhecida como primeira língua e o português como segunda. Fundamenta-se na teoria sócio-histórico-cultural de Vygotsky (1922-1934) e desenvolvida sob a referência da pesquisa crítica de colaboração, além do uso desses referenciais teóricos, a autora também utilizou outros documentos em sua pesquisa como Quadros (19997), Fernandes (2003) e Pereira (2009). A pesquisa foi realizada em uma Escola Municipal de Educação Bilíngue para Surdos (EMEBS) da rede pública de São Paulo, com uma turma do primeiro ano do ensino fundamental. O estudo analisa as estratégias didáticas utilizadas na alfabetização das crianças surdas, a relação entre formação docente e práticas pedagógicas e a mediação da Libras nesse processo. Embora os resultados indiquem que, documentos oficiais sugerem a língua portuguesa a partir do texto como unidade discursiva, predominam práticas tradicionais baseadas na memorização e nomeação de palavras isoladas, o que limita o desenvolvimento de uma leitura fluente e o avanço na compreensão textual. A pesquisa conclui que a concretização da proposta bilíngue exige repensar a formação docente e deve-se promover a educação que reconheça a língua de sinais como mediadora da aprendizagem e da construção do conhecimento linguístico das crianças surdas.

A tese “*Os desafios da inclusão de surdos no contexto escolar e a aquisição da Língua Portuguesa na proposta de Educação Bilíngue*” de Oliveira (2015), discute sobre os desafios da inclusão escolar de crianças surdas e a aprendizagem da Língua Portuguesa de acordo com a proposta da educação bilíngue de surdos, na qual a Libras é considerada primeira língua (L1) e a língua portuguesa, a segunda língua (L2). De caráter qualitativo, a pesquisa foi desenvolvida sob três contextos educacionais do município do Rio de Janeiro, uma escola especial duas escolas públicas inclusivas e uma escola particular inclusiva, com a participação de doze crianças surdas de cinco a oito anos de idade e seis profissionais, entre eles, professores de classes comuns, docentes de AEE, um instrutor surdo e uma professora de classe especial. Os dados da pesquisa foram obtidos por observações filmadas, registros de campo e entrevistas, todos analisados por meio de categorização temática. Com os resultados adquiridos, percebe-se que o ensino da Língua Portuguesa para surdos ainda é

atravessado por práticas tradicionais, voltadas na oralização e na memorização, que pouco dialogam com a experiência visual e linguística dos estudantes surdos. Diante dos fatos mencionados, o estudo evidencia avanços nas práticas pedagógicas mediadas pela Libras e na reflexão docente sobre o bilinguismo. Assim, conclui-se que a educação bilíngue de surdos é um caminho oportuno para as crianças com surdez desenvolver o cognitivo, social e o linguístico, desde que fundamentada pela formação docente adequada, acessibilidade linguística e a valorização da diferença como condição educativa.

“*Contribuições do pensamento de Paulo Freire para a alfabetização bilíngue em Libras/português de crianças surdas*” de Rodrigues (2020). A dissertação aborda sobre as contribuições do pensamento de Paulo Freire para a alfabetização bilíngue em Libras e português de crianças surdas, com foco voltado no trabalho desenvolvido em uma Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em uma escola pública de Santos-SP. Embasada em uma abordagem qualitativa, utilizou-se a observação participante, análise do Projeto Político-Pedagógico da instituição e entrevistas. Sob uma perspectiva do pensamento freiriano, foram identificados princípios como o respeito aos saberes e à autonomia do educando, a competência profissional e também a generosidade docente, que assim, fortalecem a prática pedagógica e contribuem para uma alfabetização crítica e emancipatória. Contudo, o estudo evidencia a importância de práticas inclusivas pautadas na valorização da cultura surda e na construção de um espaço educativo democrático e dialógico.

A tese “*Avaliação Pedagógica para alunos surdos no contexto de um programa inclusivo bilíngue*” de Resende (2015), investiga as práticas de avaliação voltadas a estudantes surdos inseridos em um programa inclusivo bilíngue (Libras/Português) em uma escola pública de São Carlos/SP. Embasada numa abordagem qualitativa, a pesquisa desenvolveu, testou e aplicou um sistema de avaliação voltado à análise da escrita de estudantes surdos que se comunicam em Libras. O trabalho relatou três estudos que visam construir instrumentos capazes de acompanhar o desenvolvimento linguístico e a escrita desses estudantes, tendo em consideração suas especificidades culturais e linguísticas. Os resultados mostram que a avaliação, quando pautada em princípios bilíngues e mediadores, contribui relevantemente para a mediação da língua portuguesa como segunda língua e para o aprimoramento da inclusão educacional. Assim, a pesquisa propõe um modelo avaliativo adaptado às necessidades dos surdos e fundamentado em uma concepção de educação democrática, inclusiva e dialógica.

*“Práticas pedagógicas em sala de aula com surdos: Implicações nos Processos de Ensino e de Aprendizagem”* de Ziesmann (2018). A dissertação, trata-se de uma análise das práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula que integram estudantes surdos e ouvintes, que busca compreender suas implicações para os processos de ensino e aprendizagem na perspectiva da educação inclusiva. De caráter qualitativo, a pesquisa foi realizada em uma escola pública do Rio Grande do Sul com uma turma do sétimo ano do Ensino Fundamental e foi conduzida com base nos princípios do estudo de caso. Como referencial a Análise Textual Discursiva (ATD), foram utilizados as observações, análises de registros e entrevistas. Fundamentada em autores como Vygotsky (2001), Góes (1999), Lacerda (2000), Strobel (2008) e Quadros (2004), a busca revelou dificuldades dos professores em incluir concretamente a estudante surda, em razão da falta de intérprete de Libras e de domínio da língua de sinais pela estudante. Notou-se a necessidade de reorganizar as práticas escolares e a formação docente, que valorize a Libras e o bilinguismo como fundamentos de uma pedagogia inclusiva. O estudo deixa claro que a inclusão só se concretiza quando há respeito às diferenças linguísticas e culturais e compromisso com a mediação pedagógica adequada ao estudante surdo.

A tese *“O trabalho pedagógico surdo na escola regular”* de Silva (2020), discute as formas de incorporação do trabalho pedagógico surdo em escolas regulares da rede pública de João Pessoa (PB). A partir de entrevistas com 30 profissionais de sete escolas, o estudo, embasado nos Estudos Surdos e nos Estudos Culturais da Educação, mostra que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem sido usado como suporte compensatório das fragilidades curriculares e formativas da escola. Enfatiza ainda que educadores surdos, muitas vezes, são designados indevidamente como intérpretes, sob condições precárias e práticas ouvintistas, o que limita sua autonomia e distorce o sentido do trabalho pedagógico surdo. Pode-se concluir que, a escola comum, ao não contemplar adequadamente as diferenças culturais e linguísticas, utiliza o trabalho surdo de modo paliativo e não emancipador.

*“Efeitos do diagnóstico precoce da surdez nos processos de escolarização de alunos surdos”* de Camatti (2017), a tese analisa como o diagnóstico precoce da surdez atua na articulação de técnicas regulatórias que causam efeitos na constituição do sujeito surdo e em seus processos de escolarização. Fundamentada na perspectiva foucaultiana (1975), utiliza as ferramentas analíticas da norma e da biopolítica para compreender as formas de poder e regulação presentes nas políticas públicas de educação e saúde focada nas pessoas surdas. A pesquisa investiga documentos legais, programas e projetos públicos, além de entrevistas e

observações com professores, profissionais da saúde e famílias de cinco crianças surdas diagnosticadas precocemente. Os resultados mostram que o diagnóstico precoce opera como uma prática biopolítica que amplia o controle sobre a linguagem, escolarização e a vida dos surdos, que assim, produz condições anormais permanente, ou seja, as situações criadas e mantidas pelo próprio sistema de diagnóstico e acompanhamento médico e educacional, que fazem o indivíduo surdo não ser considerado “normal” e sim alguém que precisa de constante intervenção, avaliação e correção. Desse modo, conclui-se que o diagnóstico precoce, mais do que identifica a deficiência, constitui-se como um mecanismo de regulação da vida e formação escolar dos sujeitos surdos.

### **3.4 Resultados: o que a Literatura Evidencia sobre o Tema**

A organização inicial do material resultou na identificação de diversos focos temáticos, tal como apresentado no quadro (1) elaborado na subseção anterior. A leitura dos 24 estudos possibilitou agrupar os trabalhos, de forma preliminar, em eixos como aquisição e desenvolvimento da linguagem, políticas de inclusão e educação bilíngue de surdos, psicopedagogia e práticas institucionais, recursos pedagógicos e materiais didáticos, análise crítica de discursos educacionais e reflexões sobre cultura surda e subjetividade.

Esses focos, ainda que úteis para uma primeira aproximação, mostravam-se numerosos e heterogêneos. Para tornar possível uma análise mais articulada, os temas foram reunidos conforme suas proximidades conceituais, em um movimento interpretativo orientado pelo diálogo com o referencial teórico discutido na seção anterior. Desse processo de reagrupamento resultaram quatro categorias mais amplas que sintetizam as recorrências observadas na literatura:

- a) Educação bilíngue de surdos como condição para o desenvolvimento da criança surda;
- b) Formação docente e práticas pedagógicas inclusivas;
- c) Recursos pedagógicos, simbólicos e tecnológicos;
- d) Discursos sobre a surdez e identidades culturais.

As quatro categorias identificadas não funcionam de forma isolada, mas se articulam entre si na compreensão do desenvolvimento da criança surda. A educação bilíngue de surdos, a formação docente, os recursos pedagógicos e os discursos culturais se sobrepõem e se influenciam mutuamente, compondo um quadro analítico que permite compreender tanto as condições concretas de escolarização quanto os significados atribuídos à surdez. Essa articulação orienta a leitura dos estudos e mantém o diálogo com o marco teórico discutido

na seção anterior, especialmente no que se refere às relações entre linguagem, mediação e às formas culturais pelas quais a surdez é compreendida no campo educacional.

A seguir, apresentam-se os resultados organizados a partir dessas categorias, destacando as convergências e desafios evidenciados nas produções analisadas.

No conjunto das produções, observa-se inicialmente a categoria relacionada à *educação bilíngue como condição para o desenvolvimento da criança surda*. Parte determinante dos trabalhos analisados convergem na compreensão de que a educação bilíngue de surdos, com a Libras como primeira língua e o português escrito como segunda, constitui condição fundamental para o desenvolvimento cognitivo, linguístico e social da criança surda. Esse entendimento aparece de modo consistente nos estudos de Garrutti e Moreira (2022), Dizeu e Caporali (2005), Souza (2024), Fragoso de Oliveira (2015) e Santos e Cavalcante (2022), que retomam a perspectiva histórico cultural de Vygotsky (1984) ao enfatizar a primazia da linguagem nas relações sociais.

Esses autores destacam que o contato precoce com a Libras e a imersão em contextos bilíngues possibilitam à criança surda construir significados, organizar o pensamento e participar das práticas sociais como sujeito de linguagem e cultura. A Libras é compreendida como sistema de signos compartilhado, em sintonia com a ideia de língua em Saussure (2006), e como mediação simbólica que reorganiza qualitativamente o desenvolvimento, em diálogo com Vygotsky (1984; 1991a; 1991b). Ao assumirem a Libras como língua integral e não como apoio complementar, os estudos sublinhando a importância de ambientes em que a criança possa interagir em sua língua natural e ampliar, a partir dela, o acesso ao português escrito.

De forma complementar, Carvalho e Morais (2020) e Monteiro de Souza (2024) evidenciam que a estimulação da Libras desde a infância favorece processos de alfabetização e letramento, ao ampliar o repertório simbólico e o pensamento crítico.

Esses resultados dialogam com a compreensão de que o desenvolvimento se apoia em múltiplas linguagens e modalidades sensoriais, conforme discutem Santaella (1990) e Vygotsky (1991a, 1991b, 2011), e com o marco legal que institui a educação bilíngue de surdos como direito desde a educação infantil, previsto na Lei nº 10.436 de 2002 (Brasil, 2002), regulamentada pelo Decreto nº 5.626 de 2005 (Brasil, 2005), e reafirmado pela Lei nº 14.191 de 2021 (Brasil, 2021), que estabelece a Libras como primeira língua e o português escrito como segunda.

Por outro lado, Borges, Cardoso e Witches (2023) e Camargo, Melo e Araújo (2022) apontam que a concretização da educação bilíngue de surdos ainda enfrenta barreiras

estruturais, formativas e políticas, o que se traduz em experiências de inclusão parcial nas escolas comuns. Assim, embora a literatura reconheça o bilinguismo como basilar para o desenvolvimento da criança surda, os estudos mostram que sua implementação permanece marcada por tensões entre o reconhecimento formal da Libras e a persistência de práticas organizadas pela lógica majoritariamente ouvinte.

Outra categoria identificada refere-se à *formação docente e às práticas pedagógicas inclusivas*. Os estudos agrupados nesta categoria indicam que a formação de professores constitui elemento decisivo para que a educação bilíngue de surdos se realize na prática, em consonância com a ideia de mediação intencional discutida por Vygotsky. Pesquisas como as de Matos (2017), Ziesmann (2018), Oliveira (2015) e Rodrigues (2020) enfatizam que a ausência de preparo linguístico e pedagógico em Libras limita a materialização das políticas e restringe as possibilidades de desenvolvimento das crianças surdas.

As autoras defendem a formação continuada como necessidade permanente, organizada a partir do reconhecimento da diferença linguística e cultural, e não apenas como treinamento técnico. Essa perspectiva dialoga com as contribuições de Skliar (1997; 1998) ao problematizar o ouvintismo e a permanência de modelos clínicos que reduzem a surdez a deficit. Nessa direção, a presença de professores surdos e de profissionais bilíngues é apresentada como elemento fundamental para a construção de práticas que valorizem a experiência visual e as identidades surdas.

De modo complementar, Santos e Cavalcante (2022) e Borges *et al.* (2023) destacam o envolvimento da família e o reconhecimento da função do professor surdo como fatores essenciais para garantir interações expressivas e acesso consistente à linguagem. Resende (2015) contribui ao propor uma avaliação pedagógica bilíngue que reconhece as especificidades linguísticas e culturais dos estudantes surdos, indicando que a avaliação pode funcionar como prática inclusiva, e não apenas classificatória.

Entre essas produções, há convergência ao indicar que a formação docente é determinante para que a escola se organize como espaço bilíngue, superando práticas integradoras que mantêm a primazia do modelo ouvinte. As práticas inspiradas em Freire (1996) retomadas por Rodrigues (2020), sustentam esse princípio ao associar a prática educacional à autonomia, ao diálogo e à valorização dos saberes dos educandos surdos. De modo geral, os estudos mostram que a formação docente permanece como ponto sensível, evidenciando a necessidade de políticas formativas que articulem Libras, práticas bilíngues e compreensão cultural, em consonância com as orientações estabelecidas no Decreto nº 5.626 de 2005 para a formação de professores da educação básica. Essas diretrizes sublinhando a

prática educativa a afirmar que a inclusão não deve permanecer apenas no plano legal, mas se tornar experiência concreta no cotidiano escolar.

Também se identificou a categoria que aborda os *recursos pedagógicos, simbólicos e tecnológicos*. Os trabalhos reunidos nesta categoria evidenciam que os recursos visuais, multimodais e tecnológicos ampliam as possibilidades de mediação e as interações de aprendizagem no processo de desenvolvimento das crianças surdas, em sintonia com a compreensão de Vygotsky (1984; 1991b; 2011) sobre signos e instrumentos culturais e com as reflexões de Santaella (1990) sobre a pluralidade das linguagens.

Silva e Roldão (2021) mostram que materiais visuais e tecnológicos associados à Libras ampliam as possibilidades de construção de conhecimento e de participação dos estudantes quando organizados de modo articulado às práticas bilíngues. Machado e Lacerda (2009) destacam as atividades simbólicas, como o desenho, a narrativa e o gesto, como meios de desenvolvimento da linguagem e do pensamento na infância surda, evidenciando que a dimensão visuoespacial não é simples apoio, mas forma estruturante de significação.

De modo semelhante, Carvalho e Morais (2020) e Reis (2017) analisam a contação de histórias e o uso de imagens como instrumentos de letramento visual e textual, capazes de promover a imaginação, o diálogo e a ampliação do vocabulário em Libras e em português escrito. Esses estudos convergem ao tratar o visual não como recurso acessório, mas como base promotora da cognição e da linguagem surda, em diálogo com a ideia de que a língua se organiza como sistema de signos, qualquer que seja sua modalidade. Marques (2018) e Souza (2024) destacam que, quando a escola assume a lógica visual como eixo, os recursos pedagógicos podem favorecer a participação, a autonomia e o pertencimento das crianças surdas.

Nesse cenário, há consenso entre os autores de que os recursos pedagógicos precisam ser pensados em coerência com a experiência visuoespacial e cultural da surdez, integrando elementos simbólicos e tecnológicos que possibilitem a expressão, a circulação de sentidos e a mediação dos conteúdos escolares.

Por fim, aparecem os estudos que tratam dos *discursos sobre a surdez e das identidades culturais*. Os trabalhos relacionados a esta categoria analisam criticamente as formas pelas quais a surdez é significada em contextos escolares, de saúde e de política educacional, evidenciando disputas entre visões médico clínicas e socioculturais. Oliveira e Pedrosa (2021) e Silva *et al.* (2023), apoiadas em análises de inspiração foucaultiana mostram que o modelo médico higienista historicamente construiu o surdo como sujeito da

falta, enquanto discursos bilíngues e culturais emergem como resistência e afirmação da diferença.

Nesse mesmo eixo crítico, Almeida, Silva e Teotônio (2021) problematizam a retomada de políticas oralistas, apontando as implicações desse movimento para a negação da língua de sinais e para a manutenção de práticas normalizadoras. Camatti (2017) amplia a discussão ao mostrar que o diagnóstico precoce, embora frequentemente apresentado como avanço, pode operar como mecanismo de controle sobre a vida e a escolarização dos surdos, tensionando as fronteiras entre cuidado e regulação.

Por outro lado, Dizeu e Caporali (2005) e Vater e Daros (2015) reafirmam a surdez como diferença linguística e cultural, vinculada à construção de identidade e pertencimento à comunidade surda. Essas análises dialogam diretamente com as contribuições de Skliar (1997; 1998) ao compreender a surdez como diferença e ao criticar a primazia do ouvintismo na organização da educação. Ao deslocar o foco da deficiência para a experiência cultural, os estudos apontam que as identidades surdas se constituem em meio a relações de poder, discursos e práticas que podem tanto restringir quanto ampliar as possibilidades de participação social.

Esses trabalhos convergem ao desnaturalizar o olhar clínico sobre a surdez e ao propor uma virada discursiva e epistemológica que a compreende como fenômeno cultural, político e social. Esse deslocamento intensifica a crítica de Skliar (1997; 1998; 2002) ao ouvintismo e aproxima a literatura analisada da compreensão da surdez como experiência cultural e linguística, conforme discutido no marco teórico. Tal transformação de perspectiva é importante para redefinir políticas educacionais e práticas pedagógicas que reconheçam a Libras como língua legítima de instrução e o sujeito surdo como protagonista de sua própria história e identidade, em diálogo com o debate sobre alteridade apresentado por Skliar (2002).

Em articulação com o marco teórico, os estudos sugerem que a educação bilíngue de surdos pode contribuir para que a criança surda tenha acesso à língua de sinais como língua natural, condição que facilita o aprendizado subsequente de uma segunda língua, como o português escrito, e amplia suas possibilidades de participação social e escolar. Esse movimento não garante, por si só, a superação das desigualdades, mas cria condições mais favoráveis para que a criança construa sua identidade, cultura, subjetividade e percepção de mundo em relação com a comunidade surda e com a sociedade mais ampla.

De modo geral, as evidências encontradas dialogam com os objetivos específicos deste trabalho. A análise sobre desenvolvimento da linguagem aparece com força na

literatura ao explicar como a Libras estrutura processos cognitivos, simbólicos e sociais. Da mesma forma, as contribuições da educação bilíngue de surdos são reiteradas nos estudos que tratam de práticas pedagógicas, políticas e recursos escolares. Por fim, o exame da produção acadêmica recente revela tendências, tensões e deslocamentos conceituais que ajudam a compreender como a criança surda vem sendo discutida no campo educacional brasileiro.

De modo articulado, os resultados analisados mostram que a educação bilíngue de surdos, a formação docente, os recursos simbólicos e os discursos culturais compõem um conjunto interligado que se relaciona de forma evidente com as condições de desenvolvimento da criança surda na educação básica, sem que isso configure uma explicação linear ou reducionista. Esses elementos, considerados em conjunto, evidenciam a complexidade do processo educativo e ajudam a compreender como diferentes dimensões se articulam na construção das experiências escolares da criança surda, em um campo atravessado por disputas entre modelos clínicos de deficiência e perspectivas que entendem a surdez como diferença linguística, cultural e identitária.

Este trabalho foi submetido a *software* de verificação de similaridade para mapeamento inicial. O relatório foi analisado manualmente por leitura crítica, e somente trechos com cópia literal, sem contribuição autoral ao escopo, foram excluídos. Citações e paráfrases foram mantidas pela sua função acadêmica e preservação da autoria.

## 4 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo compreender como a literatura acadêmica aborda a educação e o desenvolvimento da criança surda no contexto escolar. Considerando os aportes teóricos discutidos e as categorias identificadas no levantamento bibliográfico, foi possível reconhecer que a linguagem é um elemento constitutivo da identidade e do pensamento; no caso da criança surda, a Libras não é apenas um meio de instrução, mas também um instrumento de construção social, cultural e subjetiva.

A partir do levantamento bibliográfico realizado nas bases CAPES e BDTD, foram identificadas quatro categorias principais de análise: (a) educação bilíngue de surdos como condição para o desenvolvimento da criança surda; (b) formação docente e práticas pedagógicas inclusivas; (c) recursos pedagógicos, simbólicos e tecnológicos; e (d) discursos sobre a surdez e identidades culturais.

A análise dessas categorias permitiu observar que as pesquisas convergem quanto à relevância da mediação pedagógica e da formação docente bilíngue para a materialização de práticas inclusivas. Os estudos evidenciam que o desenvolvimento da criança surda depende de ambientes linguísticos ricos em Libras, com interações expressivas e com a atuação de professores surdos como referenciais culturais, bem como de professores ouvintes preparados para atuar como mediadores linguísticos.

Dessa forma, identificou-se que o conjunto dos estudos analisados confirma a primazia da linguagem e da interação para o desenvolvimento infantil, atendendo ao objetivo de compreender os limites e possibilidades presentes na literatura acadêmica. Assim, entende-se que a perspectiva histórico-cultural de Vygotsky e a ética da alteridade de Skliar convergem para uma concepção de educação que reconhece o sujeito surdo como protagonista do próprio processo de aprendizagem.

Esta pesquisa contribui ao reunir e analisar de forma sistemática trabalhos acadêmicos sobre a educação e o desenvolvimento da criança surda no Brasil. Ao discutir a teoria histórico-cultural de Vygotsky (1984) e a perspectiva de alteridade de Skliar (1998b) o estudo amplia a compreensão sobre o papel da linguagem, especialmente da Libras, como instrumento mediador do pensamento e da aprendizagem.

Igualmente, o trabalho ressalta a importância do professor como mediador do conhecimento e da cultura, destacando a função do professor surdo como referência linguística e identitária. A pesquisa oferece subsídios teóricos e reflexivos para fundamentar práticas pedagógicas bilíngues e inclusivas, contribuindo para a formação docente e para

perspectivas de justiça social. Assim, considera-se que os objetivos específicos foram contemplados, uma vez que a pesquisa discutiu o desenvolvimento da linguagem, analisou a produção acadêmica recente e refletiu sobre a atuação da educação bilíngue de surdos.

A partir da análise das produções mapeadas, observa-se que a literatura acadêmica aborda a educação e o desenvolvimento da criança surda destacando a primazia da Libras na constituição da linguagem, do pensamento e da participação social. Entre as possibilidades, os estudos enfatizam a educação bilíngue de surdos, a presença de professores surdos, as práticas pedagógicas mediadas visualmente, orientadas pela interação com adultos e pares sinalizantes, como o uso de narrativas em Libras, imagens e organização espacial que favoreça a visibilidade, e a criação de ambientes linguísticos ricos, exemplificados por salas em que a Libras circula nas interações cotidianas e por contextos em que a criança convive com modelos linguísticos surdos. Quanto aos limites, as produções apontam a formação insuficiente dos docentes, a persistência de práticas ouvintistas, a implementação parcial das políticas bilíngues e a carência de recursos pedagógicos adequados. Assim, a literatura revela tanto avanços quanto tensões que moldam o cenário da educação da criança surda no contexto escolar brasileiro.

A relevância deste estudo para a Pedagogia reside em ampliar a discussão sobre bilinguismo e inclusão na educação básica. A criança surda é abordada não sob a ótica da deficiência, mas como sujeito de uma diferença linguística e cultural, contribuindo para consolidar uma educação acolhedora e respeitosa.

Contudo, embora a legislação brasileira, especialmente o Decreto nº 5.626/2005, estabeleça diretrizes para a formação docente em Libras e para a organização da educação bilíngue de surdos, a literatura analisada evidencia que essa formação ainda não se concretiza de maneira suficiente na prática. Os estudos apontam lacunas no preparo linguístico e pedagógico dos professores, o que limita a implementação exitosa da educação bilíngue de surdos e mantém a inclusão mais no plano normativo do que no cotidiano escolar.

Reconhecem-se também limitações inerentes ao caráter bibliográfico e à abrangência regional das produções analisadas. Por se tratar de fontes secundárias, não foi possível observar diretamente o desenvolvimento da criança surda em contextos escolares reais. Ademais, a concentração de estudos nas regiões Sudeste e Sul evidencia desigualdades de produção acadêmica no país, o que reflete disparidades estruturais na pesquisa educacional. Assim, os resultados devem ser interpretados à luz dessas limitações.

A partir dos achados, abrem-se possibilidades para pesquisas futuras que aprofundem aspectos ainda pouco explorados, como estudos empíricos em salas de aula bilíngues, investigações sobre a formação docente em Libras e pesquisas que explorem a cultura surda na infância. Estudos focalizados na perspectiva das próprias crianças, por meio de observações, entrevistas, desenhos ou vídeos, podem enriquecer a compreensão de suas experiências escolares e de como percebem a língua, a escola e as interações sociais. Compreender a criança surda em sua totalidade demanda pesquisas contínuas e comprometidas com a valorização da diferença linguística e cultural na educação básica.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rodrigo Brito de; SILVA, Elenira Pereira da; TEOTÔNIO, Leoric Fernandes. As Abordagens Educacionais: Consequências da Metodologia Fônica na Educação de Surdos / Educational Approaches: Consequences of Phonic Methodology in Education of the Deaf. ID on line. **Revista de Psicologia**, Paraíba, v. 15, n. 57, p. 203-214, 2021. DOI: <https://doi.org/10.14295/online.v15i57.3190>. Acesso em: 23 nov. 2025.

ARAÚJO, Cláudia Campos Machado; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Esferas de atividade simbólica e a construção de conhecimento pela criança surda. **Revista Brasileira de Educação Especial**, São Carlos, v. 14, n. 3, p. 427-446, 2009.

BARBOSA, Mônica de Gois Silva; SOUZA, Rita de Cácia Santos; OLIVEIRA, Alzenira Aquino de; FARIAS, Mário André de Freitas; SANTOS, Juliane Costa de França; ROCHA, Scheilla Conceição. Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa no Processo Educacional do Aluno Surdo. In: SOUZA, Rita de Cácia Santos; BARBOSA, Josilene Souza Lima (orgs.). **Surdez e Libras**. 1. ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2020. p. 9-30. Disponível em: <https://editoracriacao.com.br/wp-content/uploads/2020/10/surdez.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2025.

BORGES, Kátia Regina; TEIXEIRA, Keila Cardoso; WITCHES, Pedro Henrique. Efeitos da política brasileira de inclusão na educação linguística de uma criança surda na escola de Educação Infantil. **Signo**, Espírito Santo, v. 48, n. 93, p. 92-102, 2023. DOI: [10.17058/signo.v48i93.18657](https://doi.org/10.17058/signo.v48i93.18657). Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/signo/article/view/18657>. Acesso em: 19 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 16 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2002]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso em: 16 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002 e dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, [2005]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 16 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado. Brasília, DF: Presidência da República, [2011]. [Revogado pelo Decreto nº 12.686/2025]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm). Acesso em: 16 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, [2015].

Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 16 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos.. Brasília, DF: Presidência da República, [2021].

Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14191.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14191.htm). Acesso em: 16 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 18 de janeiro de 2025.** Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva.. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm). Acesso em: 16 nov. 2025.

CALDAS, Ana Luiza Paganelli. Pedagogia da infância surda. **Revista Sinalizar: um sonho possível**, Porto Alegre, v. 5, nº x, p. 1-14, outubro, 2020. Disponível em:

<https://revistas.ufg.br/revsinal/article/view/63622/35762>. Acesso em: 23 nov. 2025.

CAMARGO, Cíntia da Silva; MELO, Glauciene Caetano de Oliveira; ARAÚJO, Sônia Maria Gomes. Inclusão de Alunos Surdos no Ensino Regular. **Revista Científica FESA**, Anicuns, v. 1, n. 20, p. 195-210, 2022.

CAMATTI, Liane. Efeitos do diagnóstico precoce da surdez nos processos de escolarização de alunos surdos. **Manancial Repositório Digital da UFSM**, 2017. Disponível em:

<http://repositorio.ufsm.br/handle/1/13963>. Acesso em: 16 nov. 2025.

DIAS, Adelaide Alves; SOARES, Maria do Campo de Moura Silva e OLIVEIRA, Maria Roberta de Alencar. Crianças do Campo: da invisibilidade ao reconhecimento como sujeito de direito. **Revista Psicologia Política**. 2016 Disponível em:

[https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2016000300010](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2016000300010).

Acesso em: 20 nov. 2025.

DIZEU, Liliane Correia Toscano de Brito; CAPORALI, Sueli Aparecida. A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p.

583-597, Maio/Ago., 2005. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/LScdWL65Vmp8xsdkJ9rNyNk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso

em: 23 nov. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARRUTTI, Érica Aparecida; MOREIRA, Tarsila Nunes de Andrade. A criança surda na educação infantil bilíngue: a importância do social para a construção da linguagem.

**Educação e Pesquisa**, v. 48, 2022. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248234024>. Acesso em: 20 nov. 2025.

GIAMMELARO, Cíntia Najla Fahl; GESUELI, Zilda Maria; SILVA, Ivani Rodrigues. A relação sujeito/linguagem na construção da identidade surda. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 123, p. 509–527, 1 jun. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302013000200011>. Acesso em: 23 nov. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. **A educação do surdo: o papel da linguagem no desenvolvimento**. Campinas: Autores Associados, 1999.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

JARDIM DA SILVA, Ana Clara; VIEIRA, Alessandra Jacqueline. The Role of Argumentation in Language Acquisition and Learning Process of Deaf Children in Bilingual Schools. **Cadernos de Linguística**, Campinas, v. 5, n. 2, p. e763, 2024. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/763>. Acesso em: 16 nov. 2025.

JESUS, Jefferson Diego de. **Educação bilíngue para surdos: um estudo comparativo da escola bilíngue e do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na escola inclusiva**. Dissertação – UFSC: 2016

LACERDA, Cristina B. F. DE. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. **Cadernos CEDES**, v. 19, n. 46, p. 68–80, set. 1998. Disponível em: [file:///mnt/data/eventos/dialogosdeinclusao/LACERDA\\_Historia\\_Abordagens\\_Educacionais.pdf](file:///mnt/data/eventos/dialogosdeinclusao/LACERDA_Historia_Abordagens_Educacionais.pdf). Acesso em 23 nov. 2025.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos**. Cadernos CEDES, Campinas, v. 20, n. 50, p. 15–26, 2000.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.10, n. esp., p. 37-45, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>. Acesso em: 24 nov. 2025.

MARQUES, Vanessa dos Santos. Escutando Sinais: a escola pela perspectiva de crianças surdas. **TEDE Biblioteca Digital de Teses e Dissertações**, 2018. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/7620>. Acesso em: 16 nov. 2025.

MATOS, Daniela Schlic. O ensino da língua portuguesa escrita para a criança surda em uma perspectiva bilíngue. Guarulhos, **Sucupira**, 2017. 199 f. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=5056975](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5056975). Acesso em: 24 nov. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

DE MORAIS, Fernanda Beatriz Caricari de; CARVALHO, Jéssica Ferreira de. A prática de contação de história: unidade didática para o desenvolvimento da linguagem da criança surda. **Revista Trama Interdisciplinar**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 81–101, 2021. Disponível em:

<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/view/14102>. Acesso em: 20 nov. 2025.

OLIVEIRA, Paula de Carvalho Fragoso. Os desafios da inclusão de surdos no contexto escolar e a aquisição da Língua Portuguesa na proposta de Educação Bilíngue. **Repositório Institucional UFSC**, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/190167>. Acesso em: 16 nov. 2025.

PICALHO, Antonio Carlos; LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira; AMORIM, Igor Soares. **Lógica booleana aplicada na construção de expressões de busca**. Ato Z: novas práticas em informação e conhecimento, [S. l.], v. 11, p. 1–12, 2022. DOI: 10.5380/atoz.v11i0.81838. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/81838>. Acesso em: 17 maio. 2025.

PIZZANI, Luciana; SILVA, Rosemary Cristina da; BELLO, Suzelei Faria; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 10, n. 2, p. 53–66, jul./dez, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/40127>. Acesso em: 08 jun. 2025.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 10. ed. rev. e atual. Campinas: Papyrus, 2004. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

PEREIRA, Tatiane da Silva Carvalho; CÂNDIDO, Gláucia Vieira; SANTOS, Jorge Lucas Marcelo dos. E o seu nome é Jonas: recursos visuais e textuais/verbais como crítica ao discurso oralista na educação de surdos. **Revista UFG**, Goiânia, v. 20, n. 26, 2020. DOI: 10.5216/revufg.v20.66285. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/66285>. Acesso em: 19 nov. 2025.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

REIS, Karina Vieira dos. **O uso da imagem durante o processo de letramento da criança surda**. 2017. 1 recurso online (77 p.): il., digital, PDF. Dissertação (Mestrado em Ciências Médicas) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, 2017. Orientadora: Zilda Maria Giosuelli. DOI: [10.47749/T/UNICAMP.2017.989560](https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/989560). Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/989560>. Acesso em: 16 nov. 2025.

RESENDE, Alice Almeida Chaves de. Avaliação Pedagógica para alunos surdos no contexto de um programa inclusivo bilíngue. **Repositório Institucional UFSC**, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/232426>. Acesso em: 24 nov. 2025.

RODRIGUES, Flávia Amorim. **Contribuições do pensamento de Paulo Freire para a alfabetização bilíngue em libras/português de crianças surdas**. Tede Universidade Católica de Santos, 2020. Disponível em: <https://tede.unisantos.br/handle/tede/6622>. Acesso em: 16 nov. 2025.

ROCHA, Nathália Scalabrine. **Ensino de línguas para surdos no Atendimento Educacional Especializado**. 2023. 145 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto Federal Goiano, Campus Urutaí, Urutaí, 2023. Orientadora: Cíntia Maria Felício. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/3641>. Acesso em: 24 nov. 2025.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é Semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SANTANA, Orleane Evangelista de; ALVES, Cláudia Lúcia. Estruturalismo Linguístico: Análise das Dicotomias Saussureanas aplicadas à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). **Revista Desenredo**, [S. l.], v. 20, n. 3, 2024. DOI: [10.5335/rdes.v20i3.16399](https://doi.org/10.5335/rdes.v20i3.16399). Disponível em: <https://ojs.upf.br/index.php/rd/article/view/16399>. Acesso em: 24 nov. 2025.

SANTOS, Patrícia Siqueira dos; CAVALCANTE, Eleny Brandão. A interação da criança surda a partir da Teoria Histórico Cultural: possibilidade de desenvolvimento. **Revista Educação Especial**, Pará, v. 35, n.44, p. 1-27, 2022. DOI: [10.5902/1984686X67952](https://doi.org/10.5902/1984686X67952). Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/67952>. Acesso em: 24 nov. 2025.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Edição 27. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, Franciele Fernandes da; MEDEIROS, Daniela; SCHWENGBER, Maria Simone Vione. Subjetivações surdas: Discursos sobre a (in)existência da Libras no espaço escolar. **Revista Educação Especial**, Rio Grande do Sul, v. 36, n. 1, p. 1-20, 2023. DOI: [10.5902/1984686X65929](https://doi.org/10.5902/1984686X65929). Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/65929>. Acesso em: 16 nov. 2025.

SILVA, Lucas Romário da. O trabalho pedagógico surdo na escola regular. **Repositório Institucional da UFPB**, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18096>. Acesso em: 16 nov. 2025.

SOUZA, Beatriz Batista de; COSTA, Walber Christiano Lima da. O uso da Libras na Educação Infantil para crianças surdas e ouvintes. **Revista Saber Incluir**, v. 2, n. 1, 2024. DOI: [10.24065/rsi.v2i1.2594](https://doi.org/10.24065/rsi.v2i1.2594). Acesso em: 24 nov. 2025.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.

SKLIAR, Carlos. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação de surdos. *In*: SKLIAR, C.B. (Org.). **Educação e exclusão**: abordagens sócio-antropológicas em Educação Especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.

SKLIAR, Carlos. Bilinguismo e biculturalismo: Uma análise sobre as narrativas tradicionais na educação dos surdos. **Revista Brasileira de Educação**, 1998a.

SKLIAR, Carlos. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. *In*: Skliar, C. B. (Org.). **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998b.

SKLIAR, Carlos. A invenção e a exclusão da alteridade “deficiente” a partir dos significados da normalidade. **Educação & Realidade**, v. 24, n. 2 (1999), p. 1-18, maio, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/55373>. Acesso em: 16 nov. 2025.

SKLIAR, Carlos. Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí? **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 79, p. 85–123, ago. 2002.

SOUZA, Eduarda Monteiro de. A aprendizagem da leitura e escrita da criança surda na perspectiva bilíngue. **Repositório Institucional USC**, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/13913>. Acesso em: 16 nov. 2025.

SOUZA, Maria José Siqueira de; TEIXEIRA, Danilza de Souza; JUSTI, Jadson. Recursos pedagógicos no processo de aprendizagem e desenvolvimento educacional de uma aluna surda do ensino fundamental. **eumed.net**, 2021. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.51896/atlante/PSKY5941>. Acesso em: 16. nov. 2025.

TEIXEIRA, Nádia França. **Metodologias de pesquisa em educação: possibilidades e adequações**. Caderno Pedagógico, Lajeado, v. 12, n. 2, p. 7-17, 2015.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000098427>. Acesso em: 18 nov. 2025.

VATER, Mayara Simoni; DAROS, Thuinie Medeiros Vilela. A criança surda: reflexões iniciais. **Pleiade**, Paraná, v. 9, n. 18, p. 72-77, 2015. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscaador.html?task=detalhes&source=all&id=W2586324961>. Acesso em: 24 nov. 2025.

VERAS, Nanci Cecilia de Oliveira. Psicopedagogia Institucional e Educação de Surdos no Brasil, Possíveis Encontros. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, Florianópolis, v. 11, n.1, p.74-88, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5965/198431781112015074>. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/6320>. Acesso em: 24 nov. 2025.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Trad. José Cipolla Neto et al. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e linguagem**. Tradução de Jeferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1991a. 3ª edição.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1991b.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 861-870, dez. 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/x987G8H9nDCcvTYQWfsn4kN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 nov. 2025.

ZIESMANN, Cleusa Inês. Práticas pedagógicas em sala de aula com surdos: implicações nos processos de ensino e aprendizagem. 2018. **Repositório DSpace**. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br/items/0e06bf48-7bc7-419c-a193-0e74e0d5e164>. Acesso em: 16 nov. 2025.